

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIV

FLORIANÓPOLIS, 20 DE JANEIRO DE 2005

NÚMERO 5.372

15ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa

MESA

Onofre Santo Agostini
PRESIDENTE

1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves de Souza

2º VICE-PRESIDENTE

Romildo Titon

1º SECRETÁRIO

Altair Guidi

2º SECRETÁRIO

Francisco de Assis

3º SECRETÁRIO

Genésio Goulart

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

Líder: Manoel Mota

**PARTIDO DA FRENTE
LIBERAL**

Líder: Antônio Ceron

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**

Líder: Pedro Baldissera

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO LIBERAL

Líder: Odete de Jesus

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Julio Garcia – Presidente
Hemeus de Nadal – Vice Presidente
Celestino Secco
Odete de Jesus
Dionei Walter da Silva
Joares Ponticelli
Pedro Baldissera
João Henrique Blasi
Jorginho Mello
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori – Presidente
Wilson Vieira – Dentinho – Vice Presidente
Julio Garcia
Antônio Carlos Vieira
José Paulo Serafim
Manoel Mota
Djalma Berger
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Dionei Walter da Silva – Presidente
Rogério Mendonça – Vice Presidente
Joares Ponticelli
Antônio Carlos Vieira
Paulo Eccel
Antônio Ceron
Jorginho Mello
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,
E POLÍTICA RURAL**

Mauro Mariani – Presidente
Valmir Comin – Vice Presidente
Pedro Baldissera
Dionei Walter da Silva
Nelson Goetten de Lima
Francisco Küster
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Rogério Mendonça – Presidente
Celestino Secco – Vice Presidente
Afrânio Boppré
Paulo Eccel
Francisco Küster
Narcizo Parisotto
Antônio Ceron
Terças-feiras, às 10:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Antônio Ceron
Afrânio Boppré – Vice Presidente
Reno Caramori
Antônio Carlos Vieira
Wilson Vieira – Dentinho
Rogério Mendonça
Manoel Mota
Djalma Berger
Quartas-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

– Presidente
Wilson Vieira – Dentinho – Vice Presidente
Jorginho Mello
João Henrique Blasi
José Paulo Serafim
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA,
MINAS E ENERGIA**

Afrânio Boppré – Presidente
Valmir Comin – Vice Presidente
Mauro Mariani
Paulo Eccel
Hemeus de Nadal
Clésio Salvaro
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E
MEIO AMBIENTE**

Djalma Berger – Presidente
Joares Ponticelli – Vice Presidente
Antônio Ceron
Ana Paula Lima
Narcizo Parisotto
Wilson Vieira – Dentinho
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Clésio Salvaro – Presidente
Odete de Jesus – Vice Presidente
Reno Caramori
João Paulo Kleinübing
Ana Paula Lima
José Paulo Serafim

Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,
DE AMPARO À FAMÍLIA E À
MULHER**

Odete de Jesus – Presidente
Dionei Walter da Silva – Vice Presidente
Mauro Mariani
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Nelson Goetten de Lima
Clésio Salvaro
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Paulo Eccel – Presidente
Djalma Berger – Vice Presidente
Lício Mauro da Silveira
Pedro Baldissera
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Celestino Secco – Presidente
Rogério Mendonça – Vice Presidente
Cesar Souza
Odete de Jesus
José Paulo Serafim
Ana Paula Lima
Francisco Küster
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E
DECORO PARLAMENTAR**

Joares Ponticelli – Presidente
Rogério Mendonça – Vice Presidente
Antônio Ceron
Antônio Carlos Vieira
Cesar Souza
Hemeus de Nadal
Jorginho Mello
Pedro Baldissera
Dionei Walter da Silva

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Diretora em exercício:
Sônia Valdira de Carvalho
Bernardes

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Diretora: Maria Salete de Bem
Urban

**Divisão de Divulgação e
Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.
Diretor em exercício:
João Carlos dos Santos

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1607
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 002ª Sessão Extraordinária
da 2ªsessão Convocação
Extraordinária da 15ª realizada em
18/01/20052
Ata da 001ª Sessão Especial da
2ªsessão Convocação
Extraordinária da 15ª realizada em
18/01/20057
Ata da 003ª Sessão Extraordinária
da 2ªsessão Convocação
Extraordinária da 15ª realizada em
19/01/200521
Ata da 004ª Sessão Extraordinária
da 2ªsessão Convocação
Extraordinária da 15ª realizada em
19/01/200522

Atos da Mesa

Atos da Mesa.....23

Publicações Diversas

Extrato24
Medida Provisória.....25
Portarias25
Projetos de Lei.....25
Projetos de Lei Complementar
.....27

P L E N Á R I O

ATA DA 002ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ªSESSÃO CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 18 DE JANEIRO DE 2005 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afrânio Bopré - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Antônio Aguiar - Celestino Secco - Dionei Walter da Silva - Djalma Berger - Francisco de Assis - Francisco Küster - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel - Hemeus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Júlio Garcia - Lício Silveira - Manoel Mota - Mauro Mariani - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Nilson Machado - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sérgio Godinho - Valmir Comin - Vânio dos Santos - Wilson Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Romildo Titon, que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

São lidas e aprovadas as atas.
Passaremos à Ordem do Dia.
(Passa a ler)

“Srs. Deputados, de acordo com o art. 262 do Regimento Interno, comunicamos que a Presidência, verificando inexistência no autógrafo do Projeto de Lei nº 347/04, que altera a Lei nº 7.541 de 1988, que dispõe sobre taxas estaduais e estabelece outras providências, procedeu as seguintes alterações:

1. No art. 1º, que modifica os incisos do § 2º do art. 3º,

Onde se lê:

I - 27% para o Fundo para Melhoria da Segurança Pública - FSP -, leia-se:

I - 23% para o Fundo para Melhoria da Segurança Pública - FSP -;

Onde se lê:

IV - 30% para o Fundo de Melhoria da Polícia Militar - Fumpom -,

leia-se:

IV - 33% para o Fundo de Melhoria da Polícia Militar - Fumpom -;

Onde se lê:

V - 6% para o Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar - FUMCBM -,

leia-se:

V - 7% para o Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar - FUMCBM; e

Fica acrescido o inciso VI:

VI - práticas religiosas em templos de qualquer culto.”

Há ainda alterações no Anexo I, atos da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, taxa de serviços gerais, Tabela III.

Srs. Deputados, a Presidência comunica que há um expediente que concede abono especial aos servidores da Assembléia Legislativa. Encaminhe-se às Comissões.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, essa alteração da lei das taxas foi motivada por quê? Eu gostaria de saber isso porque me parece que há outro projeto que, da mesma forma, foi apreciado nas Comissões, ocorreu o substitutivo global e

quando da aprovação desta Casa foi feita uma redação final pela redação original. E ainda não houve nenhuma solução disso e eu gostaria de algumas explicações para o fato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Sr. Deputado, esse caso que eu levantei aqui é que se verificou o equívoco da Casa ao encaminhar autógrafo para o Governador do Estado. E por isso, em tempo, conforme determina o art. 232 do Regimento Interno, a Presidência corrige o equívoco.

V.Exa., inclusive, levantou o problema e realmente nós o reconhecemos, embora, quando V.Exa. levantou o problema, nós já tivéssemos detectado e determinado a correção do equívoco.

Por isso, agradeço a V.Exa. por ter levantado o assunto, que fica devidamente esclarecido, porque nós estamos corrigindo conforme a Comissão de Constituição e Justiça votou e a Casa aprovou o relatório do eminente Relator na ocasião.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, eu reconheço que no caso vertente foi corrigido. Mas nós temos também o PL nº 355.3/2004, que também, em duas Comissões, foi aprovado um substitutivo global e o encaminhamento como redação final ao Governo do Estado é diferente.

Então, se a forma de aprovação foi por este Plenário, eu quero aqui insistir que no meu pronunciamento do dia 14 de dezembro, quando V.Exa. presidia, eu pedia calma exatamente porque podia acontecer o que aconteceu nesse projeto. E eu não tenho intenção de criar celeuma porque não tenho interesse particular em nenhum projeto, mas eu acho que as decisões dos Parlamentares têm que ser reconhecidas e aceitas, principalmente quando são aprovadas por unanimidade em duas das principais Comissões desta Casa, quais sejam as Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Então, vou aguardar ainda, Sr. Presidente, o pronunciamento desta Mesa com relação ao assunto do PL nº 355.3/2004.

Também, da mesma forma, Sr. Presidente, até por uma questão de ordem, quero dizer que no dia 14 eu levantei esse problema e V.Exa. disse que isso era uma decisão da Mesa e que ela encaminharia para a publicação no Diário da Assembléia. Mas até agora não verifiquei.

Quanto ao documento lido pela Secretaria desta Casa, no dia 14 de dezembro, com relação à correspondência do Tribunal de Contas em que pedia a decisão desta Casa para a sustação de uma compra ou de uma licitação feita pela Secretaria da Agricultura... Como ainda não ocorreu esse fato, essa decisão, essa publicação e para se evitar que o Tribunal de Contas, nos termos da Constituição, por esta Casa se omitir, venha a tomar essa decisão, eu peço vênua para solicitar que a Mesa tome uma posição com relação ao Ofício TCESCJ 16.460/2004, do dia 10 de dezembro, que foi lido nesta Casa no dia 14 de dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Deputado Antônio Carlos Vieira, mais uma vez V.Exa. tem razão. Nós determinamos à Procuradoria que tome as providências para fazer o cumprimento da exigência determinada pelo Tribunal de Contas do Estado.

V.Exa. tem razão e já estou solicitando à assessoria da Mesa que cobre da Procuradoria a determinação desta Presidência.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Muito obrigado, Sr. Presidente. Inclusive, fica para nós muito ingrato recebermos, nos termos da Constituição, um

processo, uma informação para uma decisão, não tomarmos a decisão e por decurso de prazo o Tribunal de Contas decidir por ele uma coisa que é deste Poder.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Sr. Deputado Celestino Secco, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos familiares do Sr. Seiji Nishikawa, manifestando votos de pesar pelo seu falecimento.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito Municipal do Município de Capivari de Baixo, cumprimentando-o pela inauguração do Centro Médico - Pronto Atendimento 24h.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Superintendente do DNIT/SC, pedindo a adoção de necessárias para a minimização da periculosidade ora apresentada pela curva que se localiza posteriormente à reta da localidade de meu Postinho e próxima à ponte do Rio Marombas, na BR-116, no Município de São Cristóvão do Sul/SC.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Srs. Deputados, como ficou devidamente combinado, nós só teremos a Explicação Pessoal e eu vou conceder a palavra pela ordem dos Srs. Deputados inscritos. Mas lembro aos Srs. Deputados que às 15h nós encerraremos a presente sessão para às 15h30min recebermos o Sr. Governador do Estado, que virá aqui dar explicações e esclarecer qualquer dúvida apresentada pelos Srs. Deputados.

Faço um apelo para que os Srs. Deputados compreendam o calendário, haja vista que a partir de amanhã, como ficou decidido com os Líderes, as Comissões vão se reunir para deliberar as matérias já existentes na Casa. Na parte da tarde de amanhã e na quinta-feira nós vamos votar as matérias que estiverem em condições regimentais de serem votadas, e posteriormente, conforme decisão de Lideranças, às Comissões começarão a fazer as audiências públicas para debater com a sociedade os projetos aqui apresentados.

Portanto, ficou assim definido e as audiências públicas serão de responsabilidade das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Serviços Públicos.

Evidentemente que esta Mesa Diretora estará à disposição das Comissões e dará todo o respaldo e toda a cobertura para que elas realizem essas audiências públicas e discutam com a sociedade, com todos os segmentos para que, na hora do voto, tenhamos a consciência para votarmos dessa ou daquela forma, mas em favor do povo de Santa Catarina, Deputado Pedro Baldissera. Tenho certeza absoluta de que esse é o pensamento dos Srs. Deputados.

Com a palavra o primeiro orador inscrito em Explicação Pessoal, Deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, visitantes que prestigiam na tarde de hoje esta sessão aqui no Parlamento catarinense, queremos dizer, com muita alegria, que estamos retomando em 2005 os trabalhos numa convocação extraordinária, quando, com certeza, os Parlamentares poderão oferecer à Santa Catarina aquilo que há de melhor. Temos aqui uma reforma administrativa, fruto de um trabalho de uma equipe de Governo que, por muitos meses, tem-se aprofundado para buscar aquilo que é melhor para o povo catarinense.

Então, evidentemente que esta Casa é o lugar para corrigir, acertar, ampliar e melhorar aquilo que o Governo do Estado encaminha. Mas é um estudo muito profundo e nós acreditamos que esse projeto é um novo momento que avança o crescimento, o desenvolvimento, a questão social e outras questões do Estado de Santa Catarina.

Por isso, evidentemente que Sua Excelência, o Governador, às 15h30min, estará aqui nesta Casa para, com a sua própria voz, colocar ao povo catarinense, aos Parlamentares, à assessoria e à imprensa aquilo que foi discutido, aquilo que foi trabalhado e aquilo que foi tido como o melhor para Santa Catarina.

Então, a partir desta reforma administrativa, as Secretarias Regionais vão ser fortalecidas, quer dizer, o Governo está cada vez mais próximo da comunidade.

Nós, nesta Casa, que lutamos tanto para fazer valer as audiências públicas, o Orçamento Regionalizado, finalmente vamos ter tudo aquilo que sonhávamos. E vamos ter também o sentimento do povo catarinense nas obras e nos pleitos fundamentais, para que o pouco recurso que o Estado tem seja aplicado no caminho certo.

Anteriormente, fazíamos o Orçamento em quatro paredes e era dito que queriam isso, aquilo, mas só que nunca o povo de Santa Catarina foi consultado para saber se era aquilo que a sociedade queria. Hoje não ocorre isso, pois temos um Governo, o Governo de Luiz Henrique da Silveira e de Eduardo Moreira, que procurou atender ao sentimento do povo de Santa Catarina, através dos Parlamentares, porque sempre brigamos aqui, mas nunca fomos atendidos.

Agora, de repente, não foi preciso pedir muito, o próprio Governo, por sua iniciativa, está fazendo este encaminhamento, para que possamos atender Santa Catarina.

A reforma tem vários projetos importantes, como o Fundo Social, e tenho certeza de que vamos ter programas sociais essenciais em apenas dois anos, o que muitos Governos não puderam fazer.

Entendo que existe um desequilíbrio total e quando o Governador buscou a descentralização foi apenas para ter um equilíbrio, a fim de que as regiões cresçam como um todo. Temos empresários com tecnologia de primeiro mundo e temos também na área social pessoas de terceiro, quarto e quinto mundo.

Este problema social é o equilíbrio da sociedade para buscar este Fundo Social, o qual vai abastecer a cultura, o turismo, o esporte e a moradia popular. É um fundo muito importante e vamos ter um trabalho muito grande nesta Casa. Esperamos dar uma resposta não só ao Governo, mas também ao povo catarinense que aguarda ansioso por uma resposta desta descentralização por completa, que o Governo vai fazer através das Secretarias Regionais.

Dentro desta linha que nós estamos aguardando o Governador para que ele possa colocar aqui todos os projetos na forma que entender que seja melhor para Santa Catarina, porque o povo catarinense o elegeu para que desse uma resposta neste sentido.

Quero aqui registrar a minha alegria, através de 13 anos de luta, de trabalho, por ver as máquinas na BR-101.

Em alguns momentos, eu penso que estou em outro planeta, que estou sonhando, mas é real, nós estamos vendo com os nossos próprios olhos que em Paulo Lopes uma empresa já está fazendo a terraplanagem, que em Imbituba uma outra empresa já se está instalando, que em Morro da Fumaça uma outra empresa já está iniciando o canteiro de obras e que em Santa Rosa do Sul já está uma outra empresa.

Finalmente, vamos ter o início da duplicação da BR-101 Sul. Foram 13 anos de luta e estamos até respondendo a um processo na Polícia Federal pelo fechamento da BR, mas eu sabia que estava no caminho certo. E não foi só este Deputado, foram muitos companheiros, foram várias representações da sociedade que estavam junto porque nós temos uma Comissão Permanente de Acompanhamento da BR-101 que representa toda a sociedade da qual fazem parte Prefeitos, Vereadores, Deputados, Associação Comercial, CDL, as igrejas evangélicas e católicas, entidades de classe, o Ministério Público, o Poder Judiciário.

Eu posso dizer, com muita alegria, que o Presidente da República deu sua palavra em Navegantes, antes de agosto, e disse que iniciaria a duplicação da BR-101 até o final do ano. E o Ministro dos Transportes confirmou, no Centro Administrativo do Governo, que começaria até o final do ano. Nós estávamos na expectativa, e a sociedade, de tanto ser enganada, já não acreditava mais. Mas eu faço questão de registrar a palavra dada pelo Presidente da República, na presença da imprensa, quando este Deputado entregou o documento, no qual dizia que iniciaria até o final do ano. Não iniciou, mas foi entregue a ordem de serviço e hoje as empresas já estão instaladas em Santa Catarina para começar a tão famosa duplicação da BR-101. Sonho de ontem, realidade de hoje!

O Sr. Deputado Wilson Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não! Ouço V.Exa., com muita honra, porque, com certeza, trará sua contribuição para que nós possamos comemorar em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul o início das sonhadas obras da BR-101.

O Sr. Deputado Wilson Vieira - Inicialmente, eu gostaria de parabenizar a gente do Sul por essa conquista e salientar que o Governo Lula deixou bem claro em seu discurso, quando da assinatura da autorização para a realização da obra, que isso não fazia parte do seu plano de governo, mas mesmo não fazendo parte do plano de governo e não sendo promessa de campanha, ele acabou iniciando a obra.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu quero agradecer o aparte de V.Exa. e dizer que a palavra de um homem é importante quando ela é cumprida. E eu posso dizer que o Presidente da República, cumprindo a sua palavra, está iniciando a duplicação da BR-101.

Quero aqui agradecer aos Vereadores pela marcha que fizeram; aos Prefeitos e aos Deputados que contribuíram; à Associação Comercial e ao CDL que participaram; aos pastores e padres que participaram de todo o nosso movimento e agradecer à sociedade como um todo que contribuiu. As rádios da região Sul fizeram uma pesquisa e o nosso movimento obteve 100% de aprovação no fechamento da BR-101.

Por isso nós nos sentimos honrados em poder levantar uma bandeira com o respaldo da sociedade e...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Francisco Küster.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Francisco Küster, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Gilmar Knaesel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, servidores desta Casa, catarinenses que acompanham esta sessão, quero, inicialmente, registrar a minha enorme alegria e satisfação em retornar à tribuna desta Casa depois da ausência de quase dois anos.

Sinto-me como um filho que retorna à Casa depois de uma ausência ou de uma viagem e que sente a alegria de poder rever os amigos, os companheiros de trabalho.

Na minha estada como Secretário da Organização do Lazer, a convite do Governador Luiz Henrique da Silveira, eu tive a oportunidade de conhecer também o outro lado, o lado do Executivo, já que a experiência legislativa de quatro mandatos deu-me, num certo momento, toda essa vivência neste Poder, mas muito pouco dentro da experiência do outro lado do poder do Executivo.

Mas esta experiência de quase dois anos, convivendo com o Governador Luiz Henrique da Silveira, nos deu condições para que desenvolvêssemos um trabalho de inovação dentro dessa área que está, sem dúvida, em desenvolvimento, em crescimento no mundo todo. E Santa Catarina tem grandes perspectivas para transformá-la numa atividade econômica e social, a fim de dar oportunidade de emprego, de renda aos catarinenses e também oferecer aos milhares de brasileiros, estrangeiros que vêm conhecer o nosso Estado como turistas e conhecer um Estado que tem suas belezas, seus atrativos naturais, essa diversidade cultural que transforma o nosso Estado num Estado diferente.

E dentro desse aspecto, dentro dessa visão, nós conseguimos avançar, acredito eu, em vários pontos: na área da cultura, onde temos, hoje, um fundo esta-

dual que foi aprovado por esta Casa, que anualmente destina recursos a serem investidos, que durante muito tempo era concentrado em apenas algumas cidades do nosso Estado, principalmente nas maiores cidades. Claro que nós temos que entender que nas grandes cidades existe uma movimentação cultural maior.

Mas a mudança introduzida foi no sentido de descentralizarmos parte desses recursos, já que a origem, a fonte é do ICMS, que é pago por todos os catarinenses. E podemos destinar um percentual para ser dividido entre as 29 Secretarias Regionais, com isso podendo levar também ao interior do nosso Estado, aos pequenos Municípios, aos Municípios mais longínquos, a oportunidade de acessar aos recursos do fundo cultural.

Os avanços já se deram no primeiro ano, onde mais de 800 projetos foram apresentados. Claro que não havia recursos para todos, mas essa mudança trouxe uma nova expectativa, uma nova esperança. Então, com isso estamos avançando.

Da mesma forma, na área do esporte conseguimos consolidar mais uma vez todo o cronograma esportivo do nosso Estado. Gostaria de fazer uma referência especial aos Jogos Abertos que são, na verdade, o evento esportivo maior que ao longo de 44 anos têm sido uma grande marca em nosso Estado, principalmente dando oportunidade aos atletas catarinenses de estabelecerem os seus índices. Através dos Jogos Abertos conseguimos, ao longo de muitos anos, criar atletas em nível nacional e internacional.

No ano passado, a mudança que houve nos Jogos Abertos, principalmente nas fases iniciais, nas fases intermediárias e na fase final, fez com que quase 200 Municípios catarinenses participassem de todas as fases esportivas, fazendo com que houvesse maior participação em número de atletas já ocorrido em nosso Estado.

Também na área do turismo, investimos maciçamente em duas grandes vertentes. Primeiramente, na área de promoção turística. Nunca nenhum Governo, em menos de dois anos, aportou tantos recursos para divulgar o nosso Estado, e não apenas o litoral catarinense, as nossas praias, que são um grande destino turístico, mas todos os produtos catarinenses e todas as cidades turísticas de nosso Estado. E o resultado está aparecendo quando queremos fazer de Santa Catarina um Estado de turismo o ano inteiro.

Mas ao voltar a esta Casa sentimos novamente também as mudanças que aqui ocorreram ao longo destes dois anos. E quero aqui cumprimentar, primeiramente, o Deputado Onofre Santo Agostini, que hoje preside esta Casa, que nos sucedeu na Presidência e que deu sequência a vários projetos que instalamos naquela época, os quais conseguimos desenvolver com a parceria dos Deputados daquela Legislatura e, principalmente, dos funcionários desta Casa.

Quero, agora, cumprimentar o Deputado Volnei Morastoni, hoje Prefeito de Itajaí, pois podemos sentir as ações que fez como Presidente desta Casa. Cito aqui as melhorias do Plenário que hoje dão acomodações aos catarinenses que vêm participar e assistir às sessões, especialmente a melhoria do Plenário para os Deputados e para as assessorias.

Enfim, hoje temos um Plenário reformulado, bonito e que dá condições para que a Casa possa funcionar com modernidade. Da mesma forma, outro avanço que observei foi a transformação do Centro de Informações em Coordenadoria de Informações. Este é um motivo de orgulho aos catarinenses, já que este projeto do Centro de Memória e de Informações foi copiado por várias outras Assembleias Legislativas que aqui estiveram e levaram este modelo para as suas Assembleias.

O Centro de Memória vem crescendo e abrindo cada vez mais a história do Poder Legislativo. Recuperamos, ao longo destes últimos anos, vários e vários documentos históricos para preservar a nossa história, a história dos catarinenses.

Também vi os avanços nas nossas áreas de comunicação, a rádio digital, a nossa TV Assembleia, que já está disponível em 17 Municípios catarinenses e que teve um estágio até de canal aberto. Mas vamos enfrentar uma luta para passarmos de tevê fechada para tevê aberta, a fim de que todos os catarinenses possam acompanhar os trabalhos desta Casa.

É um projeto que iniciamos na nossa gestão, tendo sido dada continuidade pelos Deputados Onofre Santo Agostini e Volnei Morastoni e, conseqüentemente, por todos os Deputados. Hoje, também acessamos a Internet e encontramos facilmente a página da Assembleia, que atualmente conta com o banco de leis do Estado, para a consulta de qualquer cidadão, abrangendo a legislação dos últimos 58 anos.

Iniciamos o processo e conseguimos entregar 24 anos de legislação dentro do sistema Internet. Hoje já temos 58 anos das nossas leis podendo ser acessadas por todos os catarinenses, brasileiros e pelo mundo afora.

Nunca a população esteve tão próxima do Poder Legislativo como na consolidação do Orçamento Regionalizado, projeto de autoria do Deputado Carlito Merss, do PT, e apoiado pela unanimidade dos Deputados da Legislatura 1995/1998. Foi quando tive o privilégio, como Presidente da Comissão de Finanças dos anos de 1997/1998, de percorrer todo o Estado realizando audiências públicas em nove macrorregiões, sentindo a ansia dos catarinenses pelo exercício da cidadania e pela participação na discussão e decisão da aplicação de parte dos recursos públicos.

Acrescenta-se ainda a realização de diversas audiências públicas, que acompanhei mesmo não estando aqui, marca da participação dos cidadãos catarinenses nos destinos de sua própria região.

Também é um avanço na Escola do Legislativo. E também quero cumprimentar o Deputado Wilson Vieira, que presidiu a Escola do Legislativo nos últimos dois anos. E a Escola do Legislativo foi criada...

(Discurso interrompido por término do horário regimental).

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Sr. Deputado, embora V.Exa. seja um grande orador, eu tive um critério adotado; perdoe-me, na próxima eu darei a V.Exa. oportunidade para falar

durante meia hora, mas o critério que usei com o Deputado Manoel Mota terei que usar também com V.Exa., embora seja meu amigo. Corta-me o coração, mas infelizmente é lei.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Eu reconheço a sua decisão e submeto-me a ela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Muito obrigado, Deputado Gilmar Knaesel, sei que V.Exa. tem bastante compreensão.

Finalmente, o último Deputado inscrito é o Deputado Lício Silveira, e após eu encerrarei a presente sessão, para poder dar a oportunidade ao Governador.

Peço desculpas ao Deputado Gilmar Knaesel e agradeço pela compreensão. Sei que ele é uma pessoa extraordinária e compreender-me-á.

Com a palavra o próximo orador inscrito, o Sr. Deputado Nilson Machado, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON MACHADO - Sr. Presidente eu agradeço o seu apoio e agradeço ao Deputado Lício Silveira por ter-me concedido também esse espaço; com certeza, S.Exa. falará em uma próxima ocasião.

Gostaria aqui, Sr. Presidente, de fazer o registro de que ao andar pelas ruas de nossa querida Florianópolis, e até de nosso Estado também, tive reclamações de diversos turistas, pois parece que mandaram a Polícia Militar multar todos os turistas que estão veraneando em Santa Catarina.

A reclamação é muito grande em Balneário Camboriú e em Florianópolis, que são os lugares por onde eu circulo neste verão. Foi um número expressivo de turistas que procurou este Deputado.

Ao saberem de que se tratava de um Deputado, reclamaram do excesso de multas recebidas da Polícia Militar.

Gostaria que se olhasse com mais carinho. Não estou aqui pedindo que se infrinja a lei, mas que discipline, talvez, punindo de outra maneira e não diretamente com aquele bloco "vá embora".

O turista, a partir da hora em que chega em Florianópolis, poderá ter chamada a sua atenção, com um chamamento, mas não precisa ser diretamente com aquela multa.

Nós já estamos com uma certa dificuldade de turistas, não só aqui em Florianópolis, não só em Santa Catarina, mas até no Brasil. Vamos acabar daqui a pouco encontrando dificuldades de chamar o turista para o próximo verão.

Também gostaria, Sr. Presidente, de dizer da minha insatisfação sobre alguns Secretários de Estado. Gostaria de dizer ao Governador Luiz Henrique e ao Líder do Governo aqui para que pedissem aos Secretários de Estado que atendessem ao telefone, pois este Deputado está encontrando algumas dificuldades para falar com alguns Secretários.

Hoje pela manhã tentei contatar com um dos Secretários de Estado, e o chefe do gabinete disse que ele se encontrava em reunião, que havia saído. Eu gostaria de saber se este Secretário poderia atender ao Deputado Duduco. No momento não vou dar o nome. Estou encontrando dificuldades não só com este mas com outros Secretários também.

Srs. Secretários, por favor, enviem os seus telefones celulares para os Deputados desta Casa, pois com certeza irão precisar deste Deputado e dos demais, principalmente em uma hora como essa e para o bem de Santa Catarina também.

Não sei se esses Secretários estão veraneando. O que está se passando com muitos deles? Eles simplesmente mandam as secretárias ou os assessores dizer que estão ocupados, que estão em reuniões. Desta forma vou passar adiante que também estou em reunião para estes secretários. E até quero a partir de agora computar os votos destes Secretários.

Para encerrar quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, da insatisfação que estou tendo sobre um Partido Político que está tentando, no momento, atingir este Deputado.

Hoje é dia de reclamação, embora eu faça aniversário hoje. Mas dizem que depois da tempestade vem a bonança, então, vamos verificar.

Gostaria de dizer que é um Partido Político com o qual colaborei muito, mas parece que está querendo ferras com o Deputado Duduco.

Eleições virão muitas, cuidado, é melhor nós começarmos a cumprir com a palavra. Depois do carnaval, eu irei tirar a fantasia e incorporar aqui. O sistema vai ser de cobrança.

Gostaria de pedir a esse Partido Político que não nos atingisse. Eu respeito todos os Partidos, os Parlamentares, todos aqueles que estão envolvidos no mundo político, mas precisamos de respeito.

Não comecem a formar um comitê, incluindo este Secretário, porque isso não vai dar certo.

O Duduco é manezinho da Ilha, o Duduco é catarinense, mas também tem voto, também é candidato nas próximas eleições. O Duduco não precisa deste Secretário que está tentando atingir o Deputado. E colaborei muito na última eleição.

Agora para quem quer ser Deputado Estadual o espaço está aberto.

Agora, não use, desse Deputado, para ser candidato, através a reforma administrativa, porque não vai conseguir. Não use deste Deputado de nenhuma outra maneira ilegal e irregular, porque não vai conseguir.

Acho que a reforma administrativa pode ser aprovada, mas conversando. Conversando com quem? Conversando com o Governo do Estado, conversando com os Deputados desta Casa, conversando com os funcionários públicos, mas não conversando com a próxima eleição, mas não tratando da próxima eleição. Nesse jogo eu não entro.

Muito obrigado pela atenção, Sr. Presidente.

Tenha uma boa tarde!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Esta Presidência deixou para o final, Sr. Deputado, para anunciar a Santa Catarina e de modo especial a este Parlamento o aniversário do ilustre Deputado, amigo, que tem se destacado muito bem nesta Casa.

Quanto à reclamação, é um direito que V.Exa. tem. O que seria do Parlamento se nós não pudéssemos reclamar?

Mas cumprimento V.Exa. pelo seu aniversário e desejo em meu nome pessoal e em nome dos 40 Deputados muitos e muitos anos de vida.

Com a palavra o Sr. Deputado Lício Silveira por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, escutando, atentamente as palavras do Sr. Deputado Manoel Mota com relação à reforma administrativa fiquei abismado.

Se fosse no nosso tempo nunca seria feita uma coisa desse tipo. É um problema sério.

Mas digo, Deputado Pedro Baldissera, que nesse Governo em menos de dois anos estamos tendo a segunda reforma. Até dita pelo Governador que diz o seguinte: foi necessário corrigir os defeitos da primeira, já que evidentemente foi feita com muitas imperfeições, porque foi feita com pressa.

É o que não está acontecendo, Deputado Afrânio Boppré. Reuniram uma dúzia de iluminados, fechados, desrespeitando todos os Secretários de Estado, presidentes de economia mista e fizeram um projeto de lei sobre a reforma administrativa, mudando radicalmente toda a estrutura, com uma série de imperfeições, com uma série de erros jurídicos que eu, que não sou advogado, fiquei pasmo.

Este projeto de lei não demonstra nenhuma redução significativa de gastos a não ser o sacrifício de milhares de servidores públicos que não podem ser responsabilizados pelo déficit do Tesouro. Em hipótese alguma podem ser responsabilizados pelo déficit do Tesouro.

Eu fico preocupado quando o art. 150 diz que ficam extintas as seguintes administrações: Imprensa Oficial, Secretaria de Transportes, Fundação Catarinense de Cultura. Ainda coloca os servidores de autarquias e fundações a integrar o quadro dos servidores da Administração Direta do Estado, mantendo-se os atuais vencimentos, observado o disposto no § 2º.

Ora, são extintas e os funcionários deverão ficar lá. Eu tenho sérias dúvidas a respeito desses funcionários não serem demitidos, sérias dúvidas. E é isso que nós temos que discutir aqui.

Devemos discutir plenamente esse assunto, porque é um assunto de responsabilidade com a sociedade catarinense. Ainda mais, fica o Poder Executivo autorizado a extinguir sociedade de economia mista: Cohab e Santur. Da mesma forma esses funcionários ficarão vinculados ao quadro do pessoal da Administração Direta do Estado.

Tenho outra dúvida. Como é que um celetista vai ficar vinculado ao quadro de funcionários do Estado? Não existe como. Isso é totalmente ilegal.

Agora, hoje, o Sr. Governador vem aqui fazer colocações devidas a respeito desta reforma, desta segunda reforma, que nós aqui, Deputados, vamos debater profundamente. E não deveria ser nós em primeiro lugar. Primeiro deveria ser o Governo do Estado com relação aos funcionários, porque hoje nós vemos uma briga dentro do próprio Governo, principalmente na semana passada, de Secretário acusando o Fulano de Tal, de Secretário-Adjunto acusando o Fulano de Tal.

Foi um verdadeiro pandemônio. Ou seja, eles não sabem o que querem. Não sabem mesmo!

Hoje está no jornal que o Secretário da Fazenda está fazendo um projeto à parte. Está no jornal, hoje, que a Anita Pires, Secretária-Adjunta, diz que houve um erro no projeto com relação à Cidasc.

Oh! Depois de todos esses problemas, depois de Secretário não ser ouvido, depois de a classe de trabalhadores, a classe de servidores públicos não ser ouvida, é pura retórica, e eu tenho um receio tremendo.

Sr. Presidente, eu vejo aqui a mensagem do Sr. Governador envolvendo praticamente 21 páginas, e vou ler um trecho:

"Compete ao Governo definir os objetivos a serem alcançados..."

Não compete só ao Governo, compete à sociedade e ao Governo juntos.

"...os caminhos a serem percorridos e os instrumentos a serem utilizados. É responsabilidade que assumimos com a aprovação desta proposta de modernização e fortalecimento da administração pública estadual."

E agora vem o interessante, Deputado Antônio Carlos Vieira!

"Mas incumbe também ao Governo promover um amplo debate público..."

Cumpre ao Governo!

"... promover um amplo debate público sobre a implementação desta matéria e subsequente negociação, que legalmente se impõe com as estruturas sindicais à administração pública."

E ainda diz mais, Deputado Antônio Ceron, diz mais!

"É o que faremos na seqüência da aprovação deste projeto de lei, na convicção de que o debate se faça de forma livre e construtiva, com espírito de abertura que se impõe, mas também com o sentido de responsabilidade que a matéria reclama."

Deputado Reno Caramori, ele manda um projeto para cá, e nós vamos discutir, nós vamos fazer audiências públicas, diversas audiências públicas. Isso já foi combinado.

Mas o projeto, depois de aprovado, é lógico, tem a maioria, isso vai de sobra, de goela abaixo, segundo o meu entender, a não ser que prevaleça o bom senso de alguns dos Srs. Deputados, para que, efetivamente, os erros que aqui estão inseridos sejam definitivamente corrigido.

E agora, depois de aprovado, aí o Governo pega o projeto e vai debater com a sociedade. Vai debater com os sindicatos. Para quê, Deputado Onofre Santo Agostini? Uma coisa que já está aprovada?

Então, Srs. Deputados, este assunto é de extrema importância. Precisamos dialogar, apesar de não ser o nosso papel. O primeiro papel devia ser do Governo estadual, nas audiências públicas, dialogar de forma sincera, crítica, firme, para que nós tenhamos corrigidas o maior número dessas imperfeições.

Eu não gostaria de estar aqui com alguns dos Srs. Deputados e aprovar. E se aprovar é porque eu estou apoiando o Governo. Não se trata disso! Trata, sim, de nós fazermos com que o Estado de Santa Catarina funcione de uma forma mais correta possível, em hipótese alguma desrespeitando o ser humano, em hipótese alguma desrespeitando o ser humano!

Porque se o ser humano não for motivado para o trabalho ele não fará nada. E tudo gira na nossa vida em torno do ser humano. Ele constrói ou ele destrói! E quando ele quer construir ele faz! Agora, quando ele quer destruir ele destrói!

Então, Srs. Deputados, nós temos uma imensa responsabilidade, uma imensa responsabilidade! Em menos de dois anos temos uma segunda reforma administrativa. Em menos de dois anos!

E ainda batizaram a dita cuja de Projeto Cíceros, homenagem a Cíceros que viveu antes de Cristo, nasceu pelos anos 40 a.C., morreu aos 65 anos, foi um grande orador, mas um péssimo executor das suas tarefas.

Falar é fácil, difícil é fazer.

Ora, se difícil é fazer, vamos procurar com que as coisas caminhem de uma forma adequada a toda sociedade catarinense. Existe administrador que quando se elege acha que tudo atrás está errado e muda, aí vem outro administrador e também muda. Tudo em função da iluminação que possuem na sua cabeça e de alguns iluminados que se escondem entre quatro paredes para fazer a sua vontade, a sua verdadeira concepção do que é uma administração, porque nunca administraram uma empresa, nunca colocaram os seus pés dentro de uma empresa, para ver efetivamente como é o processo interno.

É muito fácil teóricos trabalharem dentro de gabinetes, plantando uma reforma que já não deu certo no passado, confiada pelo próprio Governador. E agora, Sr. Presidente, é a mesma coisa, pois teremos problemas no futuro.

Espero que os Srs. Deputados estudem bem este assunto, convoquem todas as categorias, para que possamos, definitivamente, adequar o máximo possível este projeto, de tal forma que tenhamos o menor prejuízo para a nossa sociedade.

Vamos aguardar o Sr. Governador, pois deve dar a mensagem a respeito do projeto e talvez até alguns esclarecimentos que nos ilumine de uma forma mais eficiente.

Muito obrigado.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Srs. Deputados, como ficou acertado, vamos encerrar a presente sessão, porque o Governador já se encontra no prédio, por isso encerro a presente sessão.

Daremos um tempo para que a assessoria coloque a aparelhagem, para em seguida ouvirmos a manifestação do Sr. Governador.

E o Sr. Deputado Afrânio Boppré fica inscrito em primeiro lugar em Explicação Pessoal, na sessão de amanhã, e em segundo fica o Sr. Deputado Joares Ponticelli.

Ainda, recebemos a comunicação do Deputado **Sérgio Godinho se indicando, na qualidade de Líder na Comissão de Finanças. Encaminhamos à Comissão para as devidas providências.**

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, especial, para hoje, às 15h30min.

Esta encerrada a presente sessão.

ATA DA 001ª SESSÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 18 DE JANEIRO DE 2005 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI

Às quinze horas e trinta minutos, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afrânio Bopré - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Antônio Aguiar - Celestino Secco - Dionei Walter da Silva - Djalma Berger - Francisco de Assis - Francisco Küster - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Júlio Garcia - Lício Silveira - Manoel Mota - Mauro Mariani - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Nilson Machado - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sérgio Godinho - Valmir Comin - Vânio dos Santos - Wilson Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial, para dar oportunidade de explicação ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado e ao vice-Governador.

O Governador e o vice-Governador já se encontram nesta Casa, e eu solicito ao Deputado Antônio Ceron, Líder do PFL, ao Deputado Pedro Baldissera, ao Deputado Joares Ponticelli e ao Deputado Jorginho Mello para conduzirem até o Plenário o Excelentíssimo Sr. Governador do Estado e o vice-Governador.

Como ficou deliberado, nós vamos, para ordenar a reunião, conceder ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado o tempo suficiente que entender Sua Excelência para a explanação do projeto de interesse do Governo e de modo especial do Estado de Santa Catarina.

Após a exposição do Governador do Estado, vamos dar oportunidade aos Srs. Deputados para que façam indagação das dúvidas. Para isso solicitamos a ordem de inscrição. Isso é somente para os Srs. Deputados.

Apelo a todos os visitantes desta Casa, à imprensa, aos assessores... É claro que a Casa fica pequena, e quero pedir desculpas aos Secretários de Estado por não poderem fazer parte da mesa pela falta de espaço. Mas peço a compreensão de todos para dar oportunidade ao Governador do Estado de fazer a exposição.

O Sr. Deputado Afrânio Bopré - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Afrânio Bopré.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente, após o Governador fazer a sua exposição, os Deputados poderão fazer uso da palavra. V.Exa. já estipulou o tempo a ser usado pelos Deputados?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Cada Deputado poderá fazer uso da palavra por 15 minutos, por ordem de inscrição.

Sr. Governador, a partir deste momento Vossa Excelência poderá fazer uso da palavra.

O SR. GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA - Exmo. Sr. Deputado Onofre Santo Agostini, mui digno Presidente desta Casa, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, profissionais da imprensa, que cobrem este evento, membros das direções de sindicatos e organizações não-governamentais, membros da mesa, senhoras e senhores.

Vou iniciar lendo um dentre os mais virulentos discursos que foram proferidos nesta Casa, da tribuna da Oposição, quando o Governador Celso Ramos enviou para exame soberano do Legislativo o projeto que criava o seu plano de metas do Governo.

(Passa a ler)

"O Deputado Sebastião Neves, liderando o bloco oposicionista, declarou que sua Bancada não poderá dar assentimento à proposição governamental por considerar que a mesma está eivada de erros e que enseja providências que incidirão seriamente no imposto de vendas e consignações, aumentando a cobrança tributária e conseqüentemente desestimulando proposta anterior de possibilitar a instalação de indústrias na Capital do Estado, salientando que a zona litorânea padece de ausência de recursos, razão por que sua Bancada, no ensejo da decida da matéria a Plenário, irá lutar pela derrubada da proposição."

Levantei, Sr. Presidente, matérias deste Parlamento, registradas na imprensa, que relataram nada mais nada menos do que uma coisa muito natural, muito normal na sociedade humana: o medo e a repulsa que o homem tem a todo processo de mudança. Isso não é privilégio da nossa sociedade, isso é privilégio da sociedade humana como um todo.

Nós recebemos uma sinalização clara do povo catarinense, no sentido de mudar de uma forma profunda o paradigma de gestão do Estado de Santa Catarina, de mudar de uma forma muito forte a estrutura do Governo do Estado.

Recebemos esse sinal porque não usamos outra arma na histórica campanha eleitoral senão o Plano 15, que propunha exatamente essa transformação de profundidade nas estruturas do Governo.

Começo mostrando como de um lado a sociedade resiste a propostas de mudanças e em seguida como elas são importantes para iniciar a descrição do projeto, dos projetos ou do conjunto de projetos que acabo de enviar a esta Casa.

Sobre a resistência às mudanças, vejamos alguns fatos documentados na imprensa mundial:

"A televisão não dará certo, as pessoas terão que ficar olhando sua tela, e a família americana média não terá tempo para isso."

Quem é que afirmou isso em editorial? Nada mais nada menos do que o jornal New York Times, em 18 de abril de 1939.

Depois de inventar o cinema, o próprio Auguste Lumière escreveu que o cinema será encarado durante muito tempo como uma curiosidade científica, mas não terá futuro comercial.

Sobre o avião, falando do alto de sua autoridade, como grande estrategista do exército Francês, o Marechal Ferdinand Foch, em dossiê apresentado à Escola Superior de Guerra da França, em 1911, escreveu essa frase lapidar: O avião é um invento interessante, mas não se vê nele nenhuma utilidade militar.

E resistindo ao fonógrafo de Thomas Edison, vejamos o que disse Jean Boillaud: É totalmente impossível que nobres órgãos da fala humana sejam substituídos por insensível e ignóbil metal.

H.G.Wells, se tivesse um submarino argentino nuclear teria ganhado a guerra das Malvinas, e nós sentimos no nosso litoral, nos anos 40, a força dos submarinos alemães, que afundaram vários navios brasileiros.

Mas vejamos o que dizia nada mais nada menos do que o H.G.Wells: Recuso-me a acreditar que o submarino faça outra coisa além de afundar no mar e asfixiar sua tripulação.

Eu poderia ficar a tarde toda citando frases como essas que resistiram a eventos, que revolucionaram a sociedade humana, como por exemplo a afirmação de Lord Kelvin, afirmando que o Raio-X nada mais é do que uma mistificação.

Quanto às razões da mudança, vejamos o que diz C.F. Kettering: O mundo detesta mudanças e, no entanto, é a única coisa que traz progresso.

Amir Klink, que acaba de zarpar do Porto de São Francisco em mais uma viagem para a Antártida, é lapidar ao dizer que a forma mais terrível de naufrágio é não partir.

Vamos buscar em Heráclito, na Antigüidade, a frase que atravessou milênios: Nada existe de permanente a não ser a mudança.

Diz Claus Muller: Quando é necessário mudar? Antes que seja necessário.

Jack Welch, o homem que revolucionou o comando da General Electric e fazendo uma profunda transformação, substituindo uma empresa falida por uma empresa mais competente do mundo na sua época, disse que quando o ritmo de mudança dentro da empresa é ultrapassado pelo ritmo fora dela, o fim está próximo.

Comecei citando a reforma estrutural que fez o Governador Celso Ramos. Naquela época o mundo passava por uma mudança radical, sopravam dos Andes, da escola dirigida por Raul Prestes e Celso Furtado, a escola conhecida como Cepal, soprava o vento das mudanças na direção da substituição de importações.

Era evidente naquela época que o Brasil industrializava-se a ponto de substituir produtos importados por produtos nacionais ou não teria nenhuma chance de desenvolvimento.

Esse processo calou fundo nas reformas propostas por Juscelino Kubitschek, e aqui em Santa Catarina comandada por uma escol, liderada pelos irmãos Alcides e Nelson Abreu, fazia com que o Plameg incorporasse aquela nova estratégia, aquela nova filosofia, aquele novo projeto de desenvolvimento para o País.

Se naquela época as mudanças eram necessárias, hoje as mudanças são urgentes, porque hoje atravessamos uma nova esquina histórica, estamos transpassando da era industrial para a era pós industrial. E a era pós industrial se expressa pelo poder da tecnologia capaz de produzir uma grande novidade hoje e obsoletizá-la amanhã.

Estamos vivendo sob o impacto de uma nova sociedade comandada não mais pela matéria, mas pela inteligência, uma sociedade que vai, cada vez mais, ser guiada pela capacidade de produzir símbolos, de produzir conceitos, de produzir designers, de produzir processos, uma sociedade cada vez mais próxima do direito imaterial e cada vez mais distante do direito material.

Essa sociedade é uma sociedade que promove, a cada tempo cada vez mais curto, impactos fantásticos. Nós estamos vendo nos últimos 20 anos o impacto do microprocessador, o impacto da descoberta do DNA, o impacto do telefone celular, do fax, da Internet, das comunicações por satélite, e esses impactos serão muito mais fortes nas próximas décadas.

Uma das análises que fiz no Plano 15 foi de que vivemos a dicotomia entre tempos novos e um governo velho. E o que nós buscamos é adequar governo novo a tempos novos, ao mesmo tempo em que se processa de uma forma assustadora a globalização de mercados, em que se processa de uma forma crescente e contraditória a força do local, a força do regional. Já se fala em globalização no sentido de que a força local ou regional suplantar, dentro de pouco, a força continental ou de grandes blocos econômicos.

O Brasil é um País que vive a contradição em ser uma das melhores, uma das maiores, uma das primeiras economias do mundo e uma das últimas nações em indicadores sociais. O mesmo Brasil que é líder em software de informação bancária, que é líder em software de informação gerencial, o mesmo País que produz aviões a jato disputados pelas maiores empresas aéreas do Primeiro Mundo, o mesmo País que em seus laboratórios lidera as pesquisas do genoma humano, é um País que ainda assiste nos grotões do Norte e Nordeste ao caminhar vagaroso do carro-de-

boi, é um País que tem alguns nichos de riqueza, como os Jardins e a Avenida Paulista, para citar um deles em São Paulo, e vários continentes de miséria e de pobreza.

Onde está a raiz dessa contradição? Está na concentração tributária em Brasília, diferentemente de todos os países desenvolvidos do mundo e mesmo de países em desenvolvimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Brasil concentra 2/3 do que se arrecada Município por Município na Capital Federal, enquanto que o Estado fica com 22% e os Municípios com apenas 13%. Essa é a equação da exclusão social. Essa é a equação da miséria, da criminalidade crescente e afluentemente organizada.

O nosso projeto é um projeto de descentralização. É um projeto que realiza na prática, institucionalizado, o discurso que vimos fazendo há muitos anos.

No momento em que o Brasil fizer celebrar, e eu convoco todos para essa cruzada, o novo pacto federativo, no momento em que o Brasil transferir estruturas federais para a competência municipal, no momento em que os Estados deixarem de concentrar a parte que lhes cabe e atomizar a gerência por todo o seu território, nós vamos Ter, e eu não tenho dúvida, um novo País, que vai dar o sobrepasso rapidamente, questão de cinco a dez anos, sobre França, Inglaterra, Canadá, Espanha e outros tantos que estão à frente.

O problema do Brasil é basicamente o problema da concentração. Há dois anos estive nesta tribuna, a tribuna que me fez político, meu caro professor Fernando Bastos, e com alegria eu o vejo entre os presentes, a tribuna que me ensinou a prática parlamentar, a tribuna que me catapultou para outros cinco mandatos parlamentares em Brasília.

Nesta tribuna, a tribuna dos meus primeiros anos de mandato político, dos primeiros dois anos de uma sucessão de dez mandatos, aqui, nesta tribuna, há dois anos, eu propus aquilo que chamava de primeira etapa da reforma administrativa. Dizia que os dois meses que separaram a minha eleição e a posse não permitiriam, como não permitiriam a ninguém, conceber uma reforma estrutural de tamanho alcance.

E por várias oportunidades salientei que aquela era a primeira etapa, que o conhecimento da máquina administrativa me levaria após dois anos a propor o seu aprimoramento, o seu aprofundamento, para que ela se tornasse efetivamente uma reforma capaz de realizar um superchoque de desenvolvimento em nosso Estado.

Naquela época, vejamos o que disse o jornalista Moacir Pereira: "O Governo de Santa Catarina passará pela mais profunda reforma político-administrativa dos últimos 40 anos, se a Assembléia aprovar os dois projetos que foram formalmente entregues ontem pelo Governador.

O mote da campanha está mantido, a espinha dorsal da reforma é a descentralização, que está evidenciada pela criação de Secretarias de Desenvolvimento Regional, que funcionaram como entidades autônomas de prestação de serviços e execução de obras estaduais em 28 regiões

diferentes do Estado. A implantação será gradativa (interpretando perfeitamente a minha proposta).

Nós estamos apresentando, a partir deste momento, a segunda etapa do programa de modernização e fortalecimento da gestão local. E o que é que nós pregamos? Pregamos aquilo que sempre defendemos, nem o Estado mínimo, como professa a teoria liberal, nem o Estado máximo, como professa a teoria totalitária, mas o Estado moderno, o Estado necessário, capaz de, em distinguindo as áreas de atuação do setor privado, chamar a si os setores básicos como educação, saúde e infra-estrutura, e de operar uma profunda parceria com a sociedade.

Esse projeto é centrado em três eixos estratégicos. O primeiro é o fortalecimento da descentralização da administração pública estadual e da regionalização do desenvolvimento. Muito claro, este é o foco principal de toda esta reforma. O segundo é melhorar a eficiência, a eficácia, a efetividade e a relevância dos serviços públicos prestados à população.

Isso é só possível quando o Governo está próximo do povo. Eu venho de uma experiência ultra bem sucedida no Município de Joinville, onde deixei a cidade dividida em sua administração por 13 Secretarias de Desenvolvimento Regional, que agora já são 14 - a última foi recentemente criada pelo Prefeito reeleito Marcos Antônio Tebaldi.

Lá, eu colhi o que estou colhendo em todo o território catarinense: a satisfação por encontrar o Governo próximo para dar ao povo uma resposta rápida e eficaz.

Por outro lado, esta reforma busca o mais moderno paradigma administrativo, aquele que foi adotado pelas empresas mais modernas, que mais cresceram, as que eram empresas de fundo de quintal ou estabelecidas em garagens e que hoje são multinacionais brasileiras - e são muito mais pela capacidade gerencial do que propriamente por qualquer outro elemento conjuntural.

O que muda com o projeto de lei? A estrutura organizacional da administração pública estadual, o modelo de gestão desta administração e, o que é principal, a cultura organizacional da administração pública.

A estrutura organizacional de que falei aprofunda o processo de descentralização definido na lei que V.Exas. aprovaram, por 39 dos 40 votos, e que tomou o nº 243. Define de forma clara, Sr. Presidente, as competências das Secretarias Centrais ou Setoriais e das Secretarias Regionais, de modo a evitar que haja qualquer conflito de competência, qualquer sobreposição, qualquer ambivalência entre as Secretarias Setoriais ou Centrais e as Secretarias de Desenvolvimento Regional. Estas ficam com a competência de realizarem as obras e as ações. As Setoriais ficam com a competência de planejar e coordenar os programas e os projetos de desenvolvimento.

A reforma que nós estamos propondo visa aquilo que é objetivo em qualquer administração bem sucedida: reduzir a atividade meio e ampliar a atividade fim ou a atividade ponto.

Quando nós apresentamos o primeiro projeto, nós não tivemos tempo de fazer uma distinção entre as secretarias pelo tamanho de cada microrregião e pelo volume econômico gerado por cada uma delas. Por isso nesta reestruturação nós estamos dando a algumas Secretarias Regionais, às oito Secretarias Regionais das cidades pólo, uma função, além da função microrregional, uma função mesorregional para programas de integração que exigem a integração na mesorregião das Secretarias de Desenvolvimento Microrregionais.

Vou citar um exemplo: dentro de 20 dias vou apresentar para a sociedade catarinense um projeto de profunda descentralização da área da saúde. Esse projeto acelerará de forma muito intensa o combate à ambulancioterapia. E esse projeto terá a coordenação mesorregional, execução microrregional, mas coordenação mesorregional.

Nós ampliamos para 30 o número de Secretarias de Desenvolvimento Regional, criando a Secretaria Nucleada, em Dionísio Cerqueira. Por quê? Por que Dionísio Cerqueira é o Município mais distante do litoral e uma região que, por ser distante, sempre foi aquela onde o Estado menos esteve presente. E, segundo, porque a Secretaria de Desenvolvimento Regional de São Miguel estava muito grande, com 18 Municípios, e apresentou uma dificuldade operacional de cobertura a todos eles.

E oito cidades mesorregionais passam a ter esse status. São Secretarias maiores. São Secretarias com um dispositivo maior de atuação, porque elas executarão alguns programas de relevância mesorregional.

As Secretarias setoriais passam a ser o núcleo estratégico do Governo. O centro de emanção de ordenação político-administrativo.

O projeto define atividades exclusivas do Estado a serem executadas por empresas públicas, por autarquias e fundações, como agências reguladoras de executivas, por meio de contrato de gestão. E aqui nós avançamos também num dos sistemas mais modernos da administração, seja público ou privado, que são os contratos de gestão.

O projeto define as atividades não exclusivas de Estado, que podem ser executadas por entidades públicas não estatais, que são as chamadas organizações sociais, como tal definidas em lei federal e que terão sempre, embora com a participação privada, a supervisão e o comando do Estado; define órgãos a ser extintos por não serem mais necessários dentro da nova realidade que nós vivemos. Ai V.Exas. verão o mapa político-administrativo de Santa Catarina, já configurando a 30ª Secretaria do Desenvolvimento Regional com um detalhe: as Secretarias do Desenvolvimento Regional têm uma estrutura bem menor do que as mesorregionais.

Ai, em seguida, vem a relação das Secretarias, por demais conhecidas de todos os senhores. E aqui nós temos o organograma das Secretarias de Desenvolvimento Microrregional. São 12 organogramas como este. Os senhores verão que são Secretarias bem enxutas.

Tem uma Secretaria Executiva com uma Diretoria-Geral. Nós estamos eliminando a figura do Secretário-Adjunto.

Toda Secretaria terá um Diretor-Geral, com perfil técnico gerencial.

A ele se reportam a gerência de planejamento e avaliação, a chefia de gabinete, a assessoria de comunicação e o consultor jurídico. E temos as gerências de Estado.

A grande novidade é que essas gerências passam a ser ocupadas por servidores de carreira, obrigatoriamente servidores de carreira. É o que ocorre com a gerência de educação, de saúde, de administração e de planejamento. E teremos ainda, e essa é a grande novidade, a coordenação de programas e ações.

Eu vou dar um exemplo. O Porto de São Francisco, que sempre esteve vinculado à Secretaria de Infra-estrutura ou, antes, dos Transportes, passa a ser vinculado à Secretaria do Desenvolvimento Regional de Joinville. E o Secretário do Desenvolvimento Regional de Joinville designará um técnico engenheiro, uma pessoa com conhecimento na área, para ser o coordenador do programa de modernização do Porto de São Francisco. E todo Governo, toda sociedade e todos Srs. Parlamentares, quando quiserem saber alguma informação, fazer alguma crítica, têm que se dirigir a esse senhor.

Se nós já tivéssemos essa figura, isso já teria acontecido durante a construção da Via Expressa Sul. Isso aconteceu de fato. Eu designei o engenheiro Roberto Scalabrin, que era o responsável pelo andamento da Via Expressa Sul.

Assim, na Secretaria de Curitibaanos, para homenagear o nosso Presidente, onde estamos iniciando a pavimentação dos 32 quilômetros que separam Curitibaanos de Frei Rogério, o Secretário do Desenvolvimento Regional haverá de designar um coordenador responsável pela fiscalização da execução daquela obra.

Assim, na Secretaria de Criciúma, para homenagear o vice-Governador Eduardo Moreira, nós teremos um coordenador que organizará, coordenará e fiscalizará o projeto de construção do eixo viário de contorno da Grande Criciúma, da região carbonífera.

Aqui estão definidas, é pena que na tela não dá diferença de cor maior, mas ali onde está o número sete, dali da região do Alto Uruguai até o Peperiguaçu é a Mesorregional de Chapecó.

Depois nós temos, ali onde está o 27, a Mesorregional de Lages, abrangendo Lages e São Joaquim.

Aqui embaixo, temos a Mesorregional de Criciúma, abrangendo Araranguá, Criciúma, Tubarão e Laguna; a Mesorregional da Grande Florianópolis, 18 a 15; a Mesorregional de Blumenau, abrangendo Blumenau, Ibirama, Rio do Sul, Ituporanga e Brusque; a Mesorregional de Itajaí; a Mesorregional de Joinville, abrangendo o Litoral Norte e o Planalto Norte, abrangendo Joinville, Jaraguá, Mafra e Canoinhas; e a Mesorregião de Joaçaba, do Vale do Rio do Peixe, abrangendo desde Curitibaanos, Caçador, Videira, Campos Novos e Joaçaba.

O único lugar onde pode haver uma discussão, é por que Joaçaba e não Concórdia, já que são duas grandes cidades que se equivalem.

A escolha por Joaçaba é porque ela fica mais próxima da Região do Contestado, da BR-116, além de razões de ordem populacional, de ordem econômica, cultural, etc. e porque Concórdia está bem mais próxima da Mesorregional de Chapecó.

Em seguida vem a relação das oito Mesorregionais, depois um organograma das Secretarias Mesorregionais.

Então, possui o mesmo esquema, tem uma diretoria-geral, secretaria executiva, gerência de planejamento, de administração, de recursos humanos. E aqui tem uma coordenação de tecnologia e informação, chefe de gabinete, assessor de comunicação, consultor jurídico, gerência de educação e saúde.

E nas Regionais são quatro coordenadores por projeto; nas Mesorregionais são sete coordenadores por projeto.

Coordenação de desenvolvimento sustentável, gerência de agricultura, cultura, turismo, esporte e lazer, como eu já expliquei, nós teremos dois níveis, o setorial e o regional.

Como já expliquei também, o nível setorial define as políticas de setor, normatiza, controla programas e ações do Governo, específicas de suas áreas de atuação respectiva, coordena o planejamento participativo do setor e a articulação com as Secretarias de Desenvolvimento Regional e com as Secretarias de Estado do Planejamento, a partir da deliberação dos Conselhos de Desenvolvimento Regional. Esses Conselhos são as chaves de todos os processos.

O que eles são na região? Eles são o que era o Governo, o que era o Secretário de Estado. Eles decidem lá, acho que de uma forma muito melhor, porque vivem lá, o que decidíamos antes aqui no Governo, no modelo de governo centralizado.

O nível regional será organizado por uma força-tarefa típica, que terá o papel de coordenar e executar os programas, obras e ações do Governo na suas respectivas regiões. Elaborará o planejamento participativo regionalizado em articulação com as Secretarias do Planejamento e com as Secretarias Setoriais, a partir das deliberações dos Conselhos de Desenvolvimento e das audiências públicas.

O conhecimento gerado nos dois níveis mencionados será categorizado e contextualizado num terceiro nível, que é base de conhecimento governamental, a ser implementado com os conceitos de governo eletrônico.

Nós estamos avançando muito na transformação de um governo manual para um governo digital. Inclusive inauguramos no ano passado o sistema de teleconferências e já fizemos mais de um dezena dessas teleconferências, discutindo as questões gerenciais, seja dentro de uma mesma secretaria setorial, seja reunindo o corpo do colegiado, setorial e regional.

Aqui está a comparação entre a estrutura setorial que nós estamos propondo e a estrutura que nós tínhamos.

A Secretaria da Fazenda tem 1.142 funcionários.

A Secretaria da Informação passa a ser da Comunicação. Achamos que é a designação semântica mais próxima.

As quatro Secretarias, Casa Civil, Articulação Estadual e Articulação Nacional e Internacional, passam a integrar uma só Secretaria, a da Coordenação e Articulação. Embora para efeito de status os Secretários de Articulação Estadual, Nacional e Internacional continuem como de Secretário de Estado.

Mas a verdade é que esta Secretaria toda, conglomerando a antiga Casa Civil, Articulação Estadual, Nacional e Internacional, tem apenas 154 funcionários.

A Secretaria do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente, que era um ornitorrinco, bipartiu-se em Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Sustentável, com uma estrutura de 551 funcionários as duas somadas.

A Secretaria de Administração continua com 440 funcionários, a de Planejamento com 52 funcionários, a de Segurança Pública e Defesa do Cidadão com 18.126 funcionários, a de Agricultura e Desenvolvimento Rural com 240 funcionários.

A Secretaria de Educação e Inovação passa a se chamar mais propriamente Educação, Ciência e Tecnologia, com 46.356 funcionários.

A Secretaria de Infra-Estrutura fica com 1.828 funcionários.

A Secretaria de Organização do Lazer nós transformamos em Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, com 236 funcionários.

E a Secretaria da Saúde continuou como tal, com 10.152 funcionários.

Muitas vezes eu vi falar que nós tínhamos 44 Secretarias, enquanto outros Estados enxugaram. Na verdade não se pode comparar uma Secretaria Regional. As 30 Secretarias Regionais têm menos servidores do que as duas Secretarias do Desenvolvimento Social e Sustentável. São Secretarias enxutas, com poucos funcionários, com a característica de agência de desenvolvimento.

Aqui vem a novidade, a gestão para o projeto. Já nos referimos que a grande matriz da mudança nesse sentido assume particular relevância o compartilhamento das responsabilidades, a formação de equipes multidisciplinares e a organização por programas e ação.

Ocupação dos cargos gerenciais, vejamos o perfil: de livre nomeação, mas tem que ser profissional com comprovada competência gerencial; de nível superior, preferencialmente; de tempo integral. Além disso, tendo nível superior, tem que ter registro no seu Conselho Profissional.

Os Diretores têm mais ou menos as mesmas características do Diretor-Geral.

Consultores Jurídicos: profissional de comprovada competência, nível superior (aqui no caso é Bacharel em Direito), tempo integral e registro profissional na OAB.

Chefes de Gabinetes: estabeleceu-se as mesmas características para os diretores.

Coordenadores de Planejamento: livre nomeação; profissional com comprovada competência gerencial; nível superior registro profissional; tempo integral.

Assessores de Comunicação: livre nomeação; profissional com comprovada competência gerencial; nível superior; tempo integral. Faltou aqui o registro profissional, que é obrigatório.

Coordenadores de Programas: livre nomeação; profissionais com comprovada competência gerencial; preferencialmente nível superior; tempo integral.

Por que colocamos preferencialmente? Quando eu criei na Prefeitura o Conselho de Desenvolvimento, eu designei para esse Conselho os 15 maiores e melhores empresários do Município de Joinville, exigi curso superior e quebrei a cara. Três deles não tinham nível superior, inclusive aquele que é o grande conselheiro dos joinvilenses, o ex-Prefeito Baltazar Buschle, com todo o seu conhecimento, com toda a sua competência.

Então, como pode ocorrer uma hipótese dessas, nós colocamos o "preferencialmente".

Lá em Dionísio Cerqueira tem o Rui Barbosa, que não teve a oportunidade de estudar, mas se tornou um autodidata. E ele é o melhor para aquele cargo.

A cultura organizacional da administração pública estadual, isso que é importante: a definição de uma nova cultura organizacional a ser desenvolvida implica em uma nova cultura de cidadania, em uma cultura a serviço das pessoas.

Impõe-se que adoção de medidas colidem esse princípio, coloquem o poder de decisão mais próximo do cidadão, simplifiquem procedimentos e formalidades, obriguem a prestação pública de contas por parte da administração e assegurem o princípio da responsabilidade do Estado e da sua administração perante os cidadãos.

Órgãos que estamos propondo a sua extinção: Superintendência das Regiões Metropolitanas -

Com a criação das Secretarias do Desenvolvimento Regional, dos Conselhos de Desenvolvimento Regional e agora com as Secretarias Mesorregionais, não há mais espaço para a Região Metropolitana.

ZPE de Imbituba - Passei dois anos informando-me junto às autoridades econômicas do Governo Federal, que me deram a resposta definitiva de que o Governo Federal não mais adotará a política de ZPEs. Por isso, não tem o que fazer a ZPE de Imbituba.

Cohab - Sabe muito bem o Deputado Vânio dos Santos que toda a política habitacional tem uma interação direta Caixa Econômica/Prefeitura, com interveniência do Estado em determinados programas. Por isso, ela não tem mais espaço na atual política habitacional, mas ela é incorporada na estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Social, e com a manutenção da Carta do Sistema Financeiro da Habitação e com um outro programa que vou apresentar depois, ela fará muito mais casas do que a própria Cohab tem feito ao longo dos anos.

Ceasa - Assim como o Porto de São Francisco do Sul, que foi regionalizado num projeto, a Ceasa será comandada pela

Secretaria de Desenvolvimento Mesorregional da Grande Florianópolis, que é onde se localizam os maiores produtores de hortigranjeiros de Santa Catarina.

Imprensa Oficial - A Imprensa Oficial do Estado, pelo seu grau de obsolescência, pela sua incapacidade de competir com o setor privado, tornou-se um dinossauro. Por isso, vai ser incorporada pela Secretaria da Administração.

A Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer vai incorporar como organizações sociais a Fundação Catarinense de Cultura, a Fesporte e a Santur, que ficarão muito mais leves e muito mais ágeis para executar suas funções, já que terão muito mais recursos para esses setores, com a criação do Fundo Social, do qual eu vou falar daqui a pouco.

A Santur também será incorporada e ela se tornará uma organização social. Ainda há pouco um repórter me perguntou: "É verdade que o senhor está privatizando a Santur"? Quer dizer, já correu por aí que transformar numa organização social é privatizar, quando organização social é uma estrutura do Estado, com a participação da iniciativa privada, sob o comando do Estado.

A SCGás será privatizada, temos uma proposta da própria Petrobras. Por quê? Porque o Estado não tem recursos para levar o gás para o Oeste, e o gás litoralizado é um diferencial que prejudica a Região Serrana e a região do Oeste porque os grandes empreendimentos acabam se instalando no litoral, em detrimento do Alto Vale, do Planalto Sul, do Planalto Norte, do Vale do Rio do Peixe, da Região do Contestado e do Oeste catarinense.

Agora, a SCGás, sendo adquirida pela própria Petrobras ou por qualquer outra megaempresa, imediatamente os investimentos serão feitos para que Santa Catarina tenha gás por todo o seu território e não apenas o gás litoralizado.

Órgãos a serem reestruturados: Ciasc, Epagri e Cidasc **passam a ser empresas públicas.**

Houve vários erros de redação que estão sendo corrigidos. Apareceu um artigo dizendo que a Epagri e a Cidasc iriam perder metade de seus servidores. Esse dispositivo foi previsto para o Ciasc porque o órgão de tecnologia, cada vez mais, vai tendo máquinas mais liberadoras da mão-de-obra humana.

A Codesc se transformará em uma empresa lotérica. Ela vivia exclusivamente dos bingos e com o fechamento deles ela está tendo que recorrer ao caixa do Tesouro para pagar os seus servidores.

A Fatma vai sofrer uma forte reestruturação no sentido da descentralização para dar respostas mais rápidas aos pedidos de projetos que envolvam o meio ambiente.

O Ipsc vai adequar o seu papel, aquele definido pela legislação federal.

A Funcitec se transformará em fundação de apoio à pesquisa de Santa Catarina, incorporando o Fepa, que se destinava unicamente à pesquisa agropecuária. E agora a Fapesc vai fazer todo o tipo de pesquisa industrial, agropecuária, designer, etc.

A Invesc transformar-se-á em Invest Participações e será a empresa que vai gerar todo o processo de projetos de participação público-privada.

O Icepta será incorporado pela Epagri como órgão de apoio à extensão rural.

Órgãos que serão ativados:

A SC-Arco se transformará na Agesc - Agência Reguladora de Santa Catarina -, que regulará todos os setores que demandam esse tipo e regulação.

O Imetro era um órgão federal, foi definido como um órgão estadual e, portanto, terá a sua nomenclatura e, como está definida aqui.

Criaremos um Instituto de Planejamento. As Prefeituras têm Instituto de Planejamento e o Governo do Estado não tem uma usina geradora de projetos. E nós, numa homenagem ao ex-Governador Celso Ramos, criaremos o Instituto de Planejamento Governador Celso Ramos - Iplan -, que será uma organização social. E também a universidade virtual, que também será uma organização social.

Ao tomar conhecimento desse projeto, o Diário Catarinense saudou-o como um projeto viabilizador de uma máquina pública eficiente.

É isso o que nós queremos, nada mais do que isso. Aquilo que quis o ex-Governador Celso Ramos nos anos 60, é o que nós queremos hoje.

Além da reforma administrativa, nós apresentamos o Fundosocial. O que é o Fundosocial? É um fundo que tem como objetivo financiar programas e ações de desenvolvimento, geração de emprego e renda, inclusão e promoção social no campo e nas cidades, bem como alavancar setores de cultura, turismo e esporte.

Nós somos saudados como o Estado que tem o melhor IDH - Índice de Desenvolvimento Humano - do Brasil. Mas ter o melhor Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil não é fato para comemorar, porque como relatei no início dessa minha intervenção nesta tribuna, os Índices de Desenvolvimento Humano do Brasil são os piores do mundo, perdendo até para países da África subsaariana, países como Nigéria, Huanda, Biafra, alguns deles têm índices sociais melhores do que o Brasil.

Santa Catarina ainda tem 14 mil famílias vivendo na escuridão medieval. Um dia desses estive participando da solenidade de energização de dezenas de casas na localidade da Lagoa da Estiva, no Município de Anita Garibaldi. Caro Prefeito Milton Sander, V.Exa. pode imaginar a alegria daquelas pessoas. Chegou um casal de 73 anos e que me disse que iria tomar banho de chuveiro elétrico pela primeira vez. E ainda temos 14 mil famílias sem esse benefício em nosso Estado.

Temos também 400 residências sem água encanada em Santa Catarina. Em termos de saneamento, somos o 22º Estado do País, só ganhamos de alguns dos Estados mais pobres do Norte e do Nordeste, em matéria de saneamento.

Precisamos alavancar recursos para zerar esse déficit. Por isso, estamos propondo a esta Augusta Casa o Fundosocial, que tem como fontes:

- contribuições, doações, financiamentos e recursos oriundos de entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

- - 0,5% da receita tributária, conforme prevê a Constituição federal;

- - até 5% de doação espontânea por contribuinte do ICMS mensal devido, sobre a qual o doador terá 0,5% de desconto do valor total devido;

- - 5% do valor de benefício fiscal, e suas respectivas receitas;

- 50% do valor total de crédito tributário na dívida ativa, em instância judicial ou administrativa, nos casos de pagamento à vista.

Quer dizer, se a empresa que está devendo ao Estado depositou 50% do que deve no Fundosocial, ela fica com o seu débito quitado. Esse valor cresce-se em 2,5% a cada mês de parcelamento.

Se a empresa escolher pagar em dez vezes, ela terá o benefício de 27,5%, porque esse benefício vai sendo decrescente.

Outra fonte:

- 20% do total mensal de transferências de créditos de ICMS/Exportação, viabilizados mediante leilão.

Esta, inclusive, é uma idéia proposta pelo Deputado Mauro Mariani. Ou seja, quem der mais para o Fundo leva mais transferência de crédito tributário das exportações. E além disso, todos os ganhos decorrentes de aplicações financeiras.

Outra fonte:

- 25%, no mínimo, do total do Fundo serão aplicados em projetos elaborados - quer dizer, de origem - pelas Prefeituras Municipais.

A idéia original era que 25% dos recursos fossem aplicados no Município onde eles são gerados. Mas isso seria contrariar a política de descentralização, de atuação em Municípios como Cerro Negro, como Timbó Grande, naqueles que têm o menor IDH. E no caso Joinville, Jaraguá do Sul e Blumenau, os grandes Municípios pagadores de ICMS, ficariam com a parte do Leão. Nesse caso, nós decidimos estabelecer o seguinte: tem um bolo de, no mínimo, 25% para os projetos municipais e claro que todos esses recursos serão aplicados nos Municípios. Mas isso aqui é uma reserva para projetos de origem das Prefeituras.

Agora, o que é importante é que estamos estabelecendo contra nós mesmos um freio. Os recursos do Fundosocial não poderão ser utilizados no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, em serviços da dívida do Estado ou em quaisquer outras despesas correntes não vinculadas aos programas do Fundo.

O Fundosocial poderá celebrar parcerias com fundos municipais, estaduais, nacionais e internacionais, públicos ou privados, com organizações sociais e não-governamentais e com todas as instituições que tenham programas de atuação na área da inclusão social.

Como é que vai funcionar o deferimento dos recursos desse Fundo? O Governador ou qualquer Secretário, arbitrariamente, diz que vai tanto para cá, tanto para lá? Não! Cada pleito entra na Secretaria de Desenvolvimento Regional,

que submete aos Conselhos. E é bom lembrar para quem não sabe que os Conselhos são integrados por todos os Prefeitos, por todos os Presidentes de Câmaras Municipais e por dois representantes da comunidade não-governamental, que normalmente são membros da universidade, da Igreja, dos sindicatos, das cooperativas, ou seja, das forças vivas mais importantes de cada Município.

Então, ingressou na Secretaria, Secretário Gallina, você despacha para o Conselho, que vai decidir sobre o mérito de cada projeto. E aprovando os projetos que o Conselho entender que têm mérito, que são prioritários, eles vêm para avaliação final do Conselho Deliberativo do Fundo e para a contratação e liberação dos recursos pelo Secretário da Fazenda.

Esses são os objetivos do Fundo e tudo isso que eu lhes falei, Sr. Presidente, Srs. Deputados e catarinenses que nos honram com a sua audiência aqui nesta Augusta Casa, visa, nada mais, nada menos, do que o cumprimento do nosso dever.

Lembro-me de uma frase de Ulysses Guimarães: "O povo clama por mudanças. Ou mudamos ou seremos mudados". Na última eleição para Governador, o povo clamou por essas mudanças. Elas não eram secretas, elas eram propostas na televisão, nos grandes comícios, nos debates, nos programas de rádio. Em todos os ambientes públicos nós propusemos esse modelo de gestão.

Eu quero dizer aos Srs. Deputados que estou no Executivo, mas eu sou Parlamentar. A minha vida toda foi construída no Parlamento. Em 1973, desde o meu ingresso nesta Casa, eu me fiz Parlamentar. Sou parlamentarista por convicção e a reforma política que eu mais anseio é aquela que estabeleça a primazia do Parlamento.

O Governo Parlamentar é democrático por excelência. O Governo Parlamentar é menos sujeito a crises e a sobressaltos, cai um gabinete, nomeia-se outro, ou, na continuidade da crise, dissolve-se o Parlamento e convoca-se nova eleição. É assim que funcionam as democracias mais bem organizadas do mundo.

Por isso, ao lhes dizer isso, quero confirmar a minha admiração pelo gênio Oscar Niemeyer, que, ao desenhar a Praça dos Três Poderes, colocou à frente e acima o Legislativo, o Congresso Nacional; abaixo, à esquerda, o Executivo; e à direita o Judiciário. O que quis dizer Niemeyer? Ele quis dizer que dentre os três, o Legislativo é o Poder mais alto e o mais importante.

Por fim, quero terminar com uma frase de Victor Hugo, o célebre escritor francês: "Há uma coisa mais forte que todos os exércitos do mundo, uma idéia cujo tempo chegou". Esta idéia chegou no tempo certo, e eu peço a deliberação soberana de V.Exas.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Como ficou estipulado, vamos conceder agora a palavra aos Srs. Deputados inscritos, que terão cinco minutos para as suas indagações ao Governador do Estado.

Com a palavra o Deputado Afrânio Boppré, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, Srs. Governador e vice-Governador do Estado de Santa Catarina, Srs. Secretários, companheiros e companheiras do movimento sindical, imprensa aqui presente, inicialmente os meus cumprimentos a todos.

Quero colaborar com esta discussão, Governador Luiz Henrique da Silveira, trazendo dois âmbitos de reflexão. O primeiro deles me dá a impressão de que quanto mais eu leio, de quanto mais eu me debruço para conhecer o sentido verdadeiro das proposições, mais eu me questiono se Vossa Excelência tem de fato a dimensão, o conhecimento da profundidade, do teor da matéria que chega aqui e as suas conseqüências.

Digo isso porque gostaria de trazer a frase do maior economista do século XX, John Maynard Keynes, que diz que é muito fácil se aproximar das novas idéias, o difícil é se desfazer das antigas idéias. E a impressão que me fica é de que aquilo que Vossa Excelência diz que deseja alcançar não se materializa com as proposições que aqui estão apresentadas.

Quero dizer que a concepção filosófica, que a tese da reforma administrativa no teor, no texto das matérias está profundamente inspirada no ideário neoliberal.

Eu digo isso porque Vossa Excelência pode dizer que aquilo que está previsto que Vossa Excelência vem pedir um amparo legal à Assembléia Legislativa não necessariamente é a sua motivação para colocar em prática como o Chefe do Executivo. Mas mesmo que Vossa Excelência mereça crédito, o que estamos aprovando e discutindo não é uma reforma administrativa para o Governador Luiz Henrique; é uma lei que altera a estrutura administrativa do Estado de Santa Catarina. E para o futuro, seja quem for o Governador, ela vai estar tendo validade.

Então, eu quero discutir não a autoridade de quem faz a iniciativa, mas o conteúdo que está na iniciativa.

Quero fazer questão de distinguir que são dois campos diferentes. E digo dessa forma porque vou destacar aqui uma questão: as organizações sociais. Não é como Vossa Excelência diz. As organizações sociais são, ao contrário, a forma como o Estado busca sonegar prestação de serviços públicos, inclusive na área da Saúde, na área da Educação, e que está no teor da iniciativa, no conteúdo da sua proposição.

Com relação ao fundo que Vossa Excelência traz aqui o seu fluxo deliberativo, esquece de dizer que no art. 6º diz que compete ao Governador do Estado autorizar a realização e a implementação dos programas e ações aprovadas pelo Conselho Deliberativo. Continua centralizado na mão do Chefe do Poder Executivo. O outro trâmite de consultar, de ouvir só tem validade se tiver a caneta do Governador. Disso não abre mão. Fere o princípio da concepção filosófica.

E digo mais: quem erra no diagnóstico, erra na prognose. Eu não acredito que o problema de Santa Catarina - e os dados

do IBGE mostram - seja a falta de servidor público no interior, e sim a falta de políticas públicas. E aqui está um profundo erro, um profundo engano na concepção da reforma administrativa, Sr. Governador.

Gostaria de discorrer com mais profundidade, mas, infelizmente, o tempo não me permite. Mas na minha cabeça também passa a seguinte situação: um servidor público que chega lá em Dionísio Cerqueira, com mais de R\$1.500,00 no bolso por taxa de interiorização, vai trabalhar ao lado de um funcionário que carrega a estrutura há 15 ou 20 anos. E ficamos pensando qual é o ambiente de trabalho que nós vamos ter nesse tipo de situação. É necessário fazer uma revisão profunda de o Legislativo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Sr. Governador, Vossa Excelência terá a oportunidade, se desejar, de responder a cada indagação que for feita.

O SR. GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA - Vou começar a responder pelo fim do discurso do nobre Deputado Afrânio Boppré. Todos sabem que ao longo das décadas houve uma centralização do Governo aqui na sua sede. E isso demandou também uma acumulação de servidores na administração central.

Os Srs. Deputados que representam as comunidades do interior sabem muito bem da importância dessa medida, sabem muito bem da carência de técnicos no interior.

O que nós estamos fazendo? Nada obrigatório. Se o técnico quiser ir para o interior e beneficiar-se não de uma taxa de interiorização, mas de um acréscimo salarial para o seu deslocamento ao interior, e em lá ficando durante 10 anos poder incorporar isso na sua aposentadoria, isso é um incentivo.

Ninguém jamais poderá arguir contra Juscelino Kubitschek a pecha de antidemocrático. O que fez Juscelino Kubitschek para viabilizar Brasília, para viabilizar a interiorização do Brasil? Ele criou a chamada "dobradinha", num incentivo ao funcionário público que quisesse se deslocar do Rio para Brasília. A maioria não foi porque ninguém era obrigado, mas muitos foram. E hoje encontramos eles lá em Brasília, felizes, aposentados, vivendo lá na Capital Federal. Outros foram para o interior, para Goiás, para o Mato Grosso, para Tocantins.

Nós não estamos fazendo nada obrigatório. Se o servidor técnico quiser ir para o interior, estamos apenas permitindo que ele tenha direito a essa taxa e a essa perspectiva de se aposentar dez anos depois com o salário duplicado ou triplicado, conforme a remuneração que ele tem aqui.

O projeto não é centralizador. E eu não seria nenhum idiota de querer estar passando os meus dias assinando projeto por projeto do Fundosocial, já que são milhares. O Conselho aprova e executa.

Se tiver alguma impropriedade na lei, nós a corrigiremos. O próprio Deputado pode propor uma emenda corrigindo.

Mas o objetivo não é esse. O objetivo é que os recursos fluam rápido: poucos dias depois da decisão lá na Secretaria Regional e se transformem em convênios celebrados pelos próprios Secretários do Desenvolvimento Regional.

As organizações sociais já foram aprovadas por esta Casa, inclusive para resolver o grave problema do Hospital Regional de Chapecó. Elas não têm nada de neoliberal. São organizações públicas que apenas procuram a parceria público-privada.

A parceira público-privada é um modelo de gestão mais moderno que existe. O Governo Federal acabou de aprová-la no Congresso e só com isso é que haverá a alavancagem de dinheiro para duplicar, oxalá, as BRs-470 e 280, para concluir a BR-282 e por aí afora.

Podem me chamar de tudo, menos de neoliberal ou de adotar políticas neoliberais. Tem toda uma história, toda uma trajetória de coerência na minha vida e eu não vejo nada de neoliberal. Se os Srs. Deputados, por sua maioria, virem, que eliminem o que entenderem que é neoliberal. Para mim não tem nada de neoliberal.

Estou de acordo com o Deputado. A frase de Keynes é perfeita para corroborar as outras frases que eu trouxe aqui. É difícil realmente nós nos desfazermos de velhas idéias. Parlamentares brilhantes como V.Exa. ainda se apegam, às vezes, a velhas idéias.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente, não vou polemizar. Quero apenas dizer ao Governador que as propostas liberais, sejam elas acrescidas de um prefixo neo de novo, são coisas do passado, muito velhas. E eu considero que as iniciativas estão presas a essas idéias. Talvez o Governador não, mas o que está aqui dentro desta Casa para ser apreciado é neoliberal. É nesse sentido que quero fazer o reparo.

Muito obrigado!

O SR. GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA - É a opinião de V.Exa. que respeito, e o debate democrático é precioso. Mas eu quero contestar V.Exa. Não tem nada nesse projeto que seja neoliberal. Nada! Pelo contrário, o que tem é um projeto que exalta funções do Estado e as delegam obrigatoriamente ao servidor público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o Sr. Deputado Antônio Ceron, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. Governador, Sr. vice-Governador, equipe do Governo, funcionários, pessoas que aqui estão, caro Presidente, Sra. Deputada e Srs. Deputados, eu entendo ser muito importante esta oportunidade de nós termos aqui o Governo e o Governador, em especial, para debater aqui nesta Casa um projeto de tamanha profundidade.

E a nossa grande queixa, ao longo destes dois anos, como Deputado de Oposição, foi exatamente a falta de oportunidade do debate.

Este próprio projeto, que teve a Equipe Cícero, se não me engano, foi constituído há mais ou menos seis meses. E conforme V.Exa. mesmo afirmou há pouco, já apareceram, inclusive, erros de redação. Até o dia 10, nós temos mais ou menos 15 dias para deliberarmos sobre matéria que uma equipe concentrada e confinada demorou esse tempo para estudar e apresentou erros de redação, ao ponto de hoje o Secretário de Estado afirmar que a sua Pasta está encaminhando a esta Casa um substitutivo global e parcial referente a Pasta para corrigir os equívocos.

Então, a nossa questão, Sr. Governador, é a falta de um tempo maior para definirmos não a estrutura do Governo de V.Exa., mas a estrutura do Estado de Santa Catarina.

Esta é uma questão centrada e, por mais que queiramos, não há a mínima condição para, com critério e muita consciência, analisarmos todos os pontos de todos os projetos que já estão na Casa e aqueles outros que poderão chegar até o Parlamento até o final da nossa convocação.

As mudanças são necessárias, e V.Exa. registrou aqui exemplos de algumas que deram certo. Mas houve muitas mudanças ao longo da história que também não deram certo.

Mas eu quero me centrar aqui em cima de duas ou três questões da deliberação de V.Exa., para depois fazer algum comentário.

O Porto de São Francisco do Sul é importantíssimo para toda a economia de Santa Catarina. Eu gostaria, como Deputado, de discutir com todo segmento produtivo do Estado se será a melhor localização colocá-lo pontualmente dentro de uma Secretaria Regional. Ao menos que se trate de um assunto de interesse de todo o Estado de Santa Catarina.

Será que se centrá-lo numa Regional de Joinville, Meso ou Microrregional, ele vai atender, pela amplitude que este ponto representa? Essa é uma questão.

Extinção da Santur, extinção da Fesporte... São modelos que ajudaram este crescimento modelar do Estado de Santa Catarina. Se vai ser criado esse projeto, não diz! O projeto fala da extinção dessas entidades.

Vossa Excelência se reportou à questão do Fundosocial, eu quero pegar pontualmente o exemplo de Vossa Excelência, os 25% que vão ser aplicados em projetos do Município. Esses 25% são recursos dos Municípios de Santa Catarina, até porque são fruto do Imposto de Circulação de Mercadorias.

Então, não há nenhuma deliberação do Governo de aplicar. Esse dinheiro tem que ser do Município. Eu quero discutir aqui no Parlamento essa questão e, se convocado, até votar favorável, porque na primeira reforma apresentada pelo seu Governo, 39 Deputados estavam aqui presentes, e ela teve a aprovação unânime dos Srs. Deputados. Agora é um pouco diferente. É no meio do Governo, há uma estrutura mais profunda e mais radical, e entendemos que nós precisamos ter um tempo suficiente para este debate qualificado e uma votação que venha ao encontro de toda sociedade de Santa Catarina não de forma efêmera, mas pela perenidade que esse projeto abrange na vida de todos nós, catarinenses.

E nós sabemos que há uma diferença muito grande de responsabilidade de quem Governa, do Parlamento e no meu caso em especial e dos demais Colegas que são Oposição. Mas como Deputado de Oposição, Sr. Governador, quero dizer que a Oposição representou nas últimas eleições 49% dos votos dos catarinenses.

Então, nós queremos que esta apreensão que aqui está exemplificada por uma centena de servidores públicos, que se multiplica aos milhares pelo Estado de Santa Catarina, tenha a oportunidade desse debate qualificado com intensidade, que não lhe falte tempo e que no final, Sr. Governador, nós possamos extrair um projeto que venha, eu repito, ao encontro de toda sociedade de Santa Catarina.

Teve a unanimidade na vez passada e poderá ter de novo, se não nos for privado o tempo necessário, que não será até o dia 10 de fevereiro, para que possamos discutir essas questões que já se tornaram visíveis e muitas outras que também são importantes, mas que ainda estão ocultas para nós, Deputados.

Muito obrigado!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Antes de Vossa Excelência responder, Governador, a Presidência quer registrar a presença do ilustre Deputado Federal Edison Andrino, que nos honra, sem dúvida nenhuma, com a sua presença.

O SR. GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA - Gostaria de saudar, igualmente, o Deputado Edison Andrino.

Nobre Deputado Antônio Ceron, eu desci da tribuna, após exaltar o Parlamento - e entendo o Parlamento como o Poder dos Poderes -, e exalto sempre o papel da Oposição. Desgraçado do Governo que não tiver uma Oposição vigilante, apontando erros, denunciando falhas e apontando caminhos. E é isso o que V.Exa. acabou de fazer na tribuna: apontar caminhos.

Eu irei começar pela primeira arguição de V.Exa. O que nos leva a apresentar aos senhores, durante 31 dias de convocação extraordinária, esses projetos é o princípio de que V.Exas., nesse mês inteiro, estão livres da sua rotina, estão livres das centenas de outros projetos. Os senhores estarão focados nesses projetos e por isso podem ter, mesmo em um mês, a condição soberana de bem examiná-los. Assim o fizeram da outra vez, há dois anos, e o farão agora, não tenho dúvida.

Quanto ao Porto de São Francisco do Sul, ele foi vítima dessa centralização. O Governo está aqui e o Porto está lá. O Governo está aqui distante. O Porto nunca teve a atenção que deveria ter, e não faço crítica a ninguém, mas faço à estrutura.

O Porto precisa estar ligado à Secretaria Regional de Joinville, como a Ceasa está ligada à Secretaria Regional da Grande Florianópolis, porque tem uma administração próxima, presente, e tem a quem cobrar. Ele será sempre um Porto dos catarinenses.

Mas o que nos interessa? Um Porto dos catarinenses gerenciado daqui e os navios esperando 26 dias para atracar, Srs. Deputados? Os senhores sabem quanto custa uma estadia de um navio? Custa US\$50 mil. Multipliquem US\$50 mil por 26 dias e vejam se isso viabiliza qualquer porto.

Os berços 101 e 102 estão ameaçados de cair, o Porto se obsoletoizou totalmente e precisa de uma reengenharia, precisa de imensos investimentos e de uma gestão próxima. Por isso é que nós estamos propondo que ele fique subordinado à Secretaria que está mais próxima.

Não há a extinção da Santur, da Fesporte nem da Fundação Catarinense de Cultura. O que há é uma proposta de dar-lhes uma estrutura mais ágil, mais leve, que é a da organização social. A mesma que esta Casa deu para o Hospital Regional de Chapecó.

Eu agradeço a V.Exa. pelas suas ponderações e exalto a forma lúcida com que V.Exa. teve o desempenho na tribuna.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. Presidente, Sr. Governador, Sr. vice-Governador, Srs. Deputados, demais autoridades e pessoas que estão acompanhando esta sessão através da TVAL, primeiramente eu quero cumprimentar o Governador por estar aqui debatendo, mesmo que neste curto espaço de tempo, este projeto de fundamental dimensão, de mudança para Santa Catarina.

Agora, nós precisamos analisar... E cada um de nós que aqui está veio com uma votação de milhares de catarinenses e temos, portanto, uma grande responsabilidade.

Sr. Governador, eu não concordo com o fato de Vossa Excelência ter encaminhado esses projetos de tamanha envergadura em regime extraordinário. O

regime extraordinário, apesar de Vossa Excelência dizer que nesse período nós nos concentraremos apenas neste tema, pega as categorias desmobilizadas e tem um prazo exíguo de pouco mais de 15 dias, a partir de hoje, para analisarmos esses temas. E o principal é que obriga a votação neste período, sem a possibilidade de uma discussão mais ampla, de debates e de emendas necessárias a esse projeto.

Descentralizar é importante e fundamental, e sempre defendemos isso, Vossa Excelência sabe disso. Mas não adianta nós descentralizarmos apenas Secretarias, cargos, se nós não tivermos a descentralização do Orçamento deste Estado e das ações efetivamente de Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) (Faz soar a campanha) - Deputado, desculpe-me interrompê-lo, mas eu gostaria de registrar a presença neste Plenário da ilustre Senadora da República, Ideli Salvatti, ex-Deputada Estadual, e de convidá-la para, por gentileza, tomar assento à mesa. É uma honra para este Parlamento receber a ilustre Senadora!

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. Governador, uma questão que nós precisamos discutir com profundidade é a proposta que Vossa Excelência fala da privatização da SCGás. Com todo o respeito, Sr. Governador, dizer que a privatização vai elevar o gás para as regiões mais pobres do nosso Estado não é verdadeiro.

Por que Bom Jardim da Serra não tem telefone celular até hoje - e foi privatizado? Por que inúmeros Municípios do nosso Estado não têm ainda telefonia celular, que iriam ter com a privatização?

Nós precisamos ter a função de Governo, que é justamente fazer nas regiões mais pobres do nosso Estado o investimento e deixar, sim, a iniciativa privada fazer nas regiões onde têm retorno, que é onde eles fazem esses investimentos.

Então, eu gostaria de que V.Exa. me corrija se eu estiver errado, mas na prática aumentam dois Secretários do Estado porque o senhor reduz algumas com a junção, mas mantém os quatro Secretários e desmembra Desenvolvimento Social e Meio Ambiente e cria mais uma Secretaria Regional. Então, na prática, nós estaremos criando mais dois cargos de Secretários.

Nós estamos, Sr. Governador, com uma necessidade premente e na campanha Vossa Excelência falou muito sobre o tema, que é o fim da "ambulancioterapia". E nós precisamos descentralizar ações de saúde, mas não existe a mínima condição de nós mantermos toda a estrutura existente em Florianópolis e quisermos criar novas nas regiões. Nós vamos ter que transferir estruturas de saúde para as nossas regiões do Estado.

E nós precisamos fazer com que as Secretarias, como a da Agricultura, por exemplo...

Não adianta termos um Secretário da Agricultura com poucos recursos e gerentes regionais sem nenhum recurso para encaminhar ações com os agricultores!

Quanto às questões do índice de desenvolvimento humano, na semana passada, conversando com um companheiro seu, o ilustre Prefeito de Bom Jardim da Serra, ele me disse que lá o índice de mortalidade infantil é zero porque não tem hospital e o óbito sai em São Joaquim ou em Lauro Müller. Com isso o índice acaba sendo mascarado por informações que não fazem parte da governabilidade do próprio administrador.

Então, o que pedimos e o que queremos é que possamos discutir esses projetos, com a possibilidade de emendas para melhorá-los.

Entendemos que as Associações de Municípios deveriam estar mais integradas nessa descentralização.

Cito a minha região, que V.Exa. conhece bem, Barra Velha e São João de Itaperiú, que integram a grande região da Amvale, só que para as questões regionais estão em Joinville e outras questões ainda continuam atreladas a Itajaí, tendo que os Prefeitos fazerem verdadeiros malabarismos.

O SR. GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA - Deputado Dionei Walter da Silva, agradeço pelas ponderações de V.Exa.

O Orçamento de Santa Catarina já está regionalizado: 1/3 dele já está nas Secretarias de Desenvolvimento Regional.

E só por isso é que nós conseguimos multiplicar por 29 a velocidade das obras. Só por isso é que nós já fizemos 370 quilômetros de asfalto novo, dos 500 que era a nossa meta de Governo. Só por isso nós estamos reformando 540 escolas municipais. Por quê? Porque cada Secretarias faz o projeto. Antes os projetos eram centralizados aqui, numa pequena equipe. Agora o Orçamento está regionalizado. Não se pode regionalizar tudo de uma hora para outra, até porque não se consegue transferir toda a estrutura da sede do Governo para as regionais num mesmo momento.

V.Exa. tem participado das audiências públicas e sabe que lá na região se está discutido como, quando e onde aplicar o Orçamento Regionalizado.

O nobre Deputado falou em privatização da SCGás. Ela já é uma empresa privada! O Governo do Estado tem apenas 20% ou pouco mais das ações. A Enron, empresa americana, tem uma parte e a Petrobras outra. O que se está pretendendo com a autorização para a venda, é que ela seja estatizada, porque quem quer comprar a nossa parte é a Petrobras, que também está querendo comprar a parte da empresa americana.

Então, a Petrobras, com o seu grande poder de fogo, comprando a SCGás, vai interiorizar o gás para as regiões serranas, para as regiões planaltinas catarinenses.

E quanto à nomenclatura, não aumentaram as Secretarias, não! Aumentou uma Secretaria Regional, a de Dionísio Cerqueira, e foram reduzidas duas na estrutura setorial.

Ai pode-se dizer que o Secretário Conselheiro Comin tem *status* de Secretário de Estado porque é uma Secretaria? Não! Ela é uma Subsecretaria.

Lembro de uma recente decisão do Supremo Tribunal Federal relativamente ao Ministro José Fritsch. O Supremo Tribunal Federal disse claramente que o Ministro José Fritsch tem *status* de Ministro, mas não é um Ministro como o da Fazenda! Então, uma coisa é ter *status* de Ministro e outra coisa é ser Ministro.

Na verdade, Deputado Dionei Walter da Silva, se V.Exa. ler atentamente o projeto, vai ver que na estrutura central reduziram-se duas Secretarias e na regional aumentou uma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o Deputado João Henrique Blasi, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente, Sr. Governador, Sr. vice-Governador, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores, já se disse, Governador, que ousar é privilégio de quem tem coragem e dentre as inúmeras críticas, pechas e epítetos atribuídos a V.Exa. um, pelo menos, é verdadeiro: V.Exa. é ousado.

Também já se disse, Sr. Governador, que é preferível a angústia da busca a paz, da acomodação. E dentre as inúmeras críticas, pechas e epítetos vetorizados a V.Exa., um outro também é verdadeiro, de que V.Exa. é um angustiado pela busca de otimizar o funcionamento da máquina pública. E por ser um angustiado por essa busca, é que traz a esta Casa, na metade do seu Governo, uma proposta de aprimoramento da estrutura originalmente concebida, porque dada a complexidade da matéria, o caminho dela se faz ao caminhar.

Não há uma fórmula pronta de governar, no sentido aqui proposto, senão o caminho da experimentação e do aprimoramento a cada dia e a cada instante. É um processo que poderíamos dizer de aproximações sucessivas, mas que mantêm o mesmo eixo de ancoramento das propostas que foram consagradas pelo Plano 15.

Descentralizar, desconcentrar tendo presente a máxima de que governar é encurtar distâncias. Buscar a profissionalização do funcionalismo público e buscar a eficácia da máquina pública. Nem Estadofobia nem Estadolatria; nem o Estado mínimo ausente, nem o Estado total ineficiente.

Essa é a equação que se está pretendendo buscar e trazer à soberana deliberação desta Casa. Casa que, com certeza, Sr. Governador, haverá de cumprir a sua missão institucional, debatendo soberanamente, oferecendo críticas, sugestões, emendas e o necessário aprimoramento; debatendo algumas das questões que foram suscitadas há pouco pelos meus Colegas - uma delas já respondida por V.Exa., a respeito da privatização da SCGás. Equívoco no *slide* aqui projetado. Na verdade não se trata de privatização. Trata-se de alienação. E que se tratando de uma alienação à Petrobras, haverá a estatização, e é forçoso convir de que a maior estatal do Brasil tem mais condição do que qualquer outra empresa de interiorizar e socializar o processo do gás no Estado de Santa Catarina.

Também a questão que foi falada aqui do orçamento participativo. O projeto contempla um estágio a frente. O projeto fala mais do que o orçamento participativo, em planejamento participativo numa lei estadual.

Questões como a extinção de algumas empresas, que na verdade mais do que extincções são transformações, com um detalhe fundamental, que está explicitado com todas as letras em dispositivo do projeto de lei, de que os direitos dos funcionários públicos serão preservados, serão sagrados, serão mantidos os direitos

adquiridos e incorporados ao patrimônio individual de cada qual dos servidores do Estado de Santa Catarina.

O projeto, Sr. Governador, é do Executivo; o processo legislativo é da Assembléia Legislativa e, em sendo da Assembléia, ele não tem dono, ele é de concepção e de elaboração coletiva. E eu tenho certeza de que, em dez anos de convivência nesta Casa, todos os Deputados, cada qual com a sua idiosincrasia, cada qual com os seus valores, mas todos, haverá, com responsabilidade e espírito público, dar a melhor resposta, não a V.Exa., mas à sociedade catarinense, a quem todos nós devemos responder.

Muito obrigado!

O SR. GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA - Nobre Deputado João Henrique Blasi, agradeço pelas palavras generosas de V.Exa., e quero lembrar o que ocorreu com o primeiro projeto.

Quando ele aqui chegou, também houve a preocupação de alguns dos Srs. Deputados com a brevidade do tempo para a sua deliberação. O que ocorreu com aquele projeto? Aquele projeto foi aprimorado por esta Casa. Os Srs. Deputados tiveram competência tal a ponto de aprimorá-lo. O texto final foi resultado da proposta do Governo e da intervenção deste Poder Legislativo.

Por isso, eu não tenho dúvidas que os Srs. Deputados dedicados, nesta convocação extraordinária, à deliberação deste projeto haverão não só de demonstrar a sua capacidade, a sua competência, o seu espírito público para apreciá-lo neste prazo, como também haverão de melhorar a sua redação e os seus dispositivos para que possamos implementar esse novo paradigma de Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o próximo orador inscrito Deputado Paulo Eccel.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Sr. Presidente, Sr. Governador, Sr. vice-Governador, Deputada, Deputados, Secretários de Estado, cidadãos que nos acompanham aqui e também em suas casas, Senadora Ideli Salvatti, imprensa, enfim, todos os presentes.

Sr. Governador, fazendo coro às citações mencionadas na abertura do pronunciamento de V.Exa., quero dizer que também sou entusiasta das mudanças e também da máquina pública eficiente, porque é justamente isso que o cidadão nos cobra nos finais de semana, quando estamos trabalhando em nossas comunidades, nos Municípios, enfim, por toda Santa Catarina.

Gostaria de me referir, rapidamente, a três a três pontos. Primeiro no que se refere ao Fundosocial. Temos um problema muito grave, que é a vinculação das receitas. Quando aumenta a arrecadação, ela não pode ser encaminhada exclusivamente para investimento. Ela é diluída no Orçamento de Santa Catarina para as suas específicas vinculações. O caso da criação do Fundosocial, creio que é uma forma de ampliar a questão do investimento.

No seu primeiro ano de governo, V.Exa. encaminhou para cá o chamado Projeto Revigorar, que considere um projeto

de avanço. Talvez V.Exa. não saiba, mas é a primeira lei estadual que define o que é uma empresa de autogestão, e aquele projeto foi um avanço conseguido pela Assembléia Legislativa.

Foi feita uma crítica na ocasião e agora Governador, há outra neste mesmo sentido, de que estamos estimulando o calote no Estado. Estamos estimulando o cidadão para não pague o seu tributo porque a cada dois anos haverá um estímulo governamental estabelecendo um incentivo para o pagamento. E qual é o estímulo ao bom pagador? Creio que o Estado está criando um círculo vicioso porque a cada dois anos aparece um projeto dando esse tipo de benefício.

Gostaria de ressaltar sobre o que se refere à questão das Secretarias Regionais. A Secretaria Regional é alvo de polêmica, e foi polêmica nesses dois anos em determinadas regiões do Estado. Em algumas havia aplausos e em outras muitas críticas.

Acredito que a criação das Mesorregionais, Governador, é uma forma, talvez, disfarçada de se reconhecer as deficiências das Regionais. Nós estamos criando agora mais uma estrutura, as Secretarias Mesorregionais. Existem as Secretarias Centrais, as Mesorregionais e depois as Microrregionais. Creio que vai confundir ainda mais a política de Governo e também o cidadão, no Município.

Quando V.Exa. terminou a manifestação, disse que tudo na vida tem um tempo certo e que essas mudanças propostas por V.Exa. chegam também num tempo certo. Eu acredito também que tudo tem um tempo certo, só que o tempo de convocação extraordinária não é, na minha leitura, o tempo certo para apreciarmos projetos dessa envergadura.

V.Exa., Sr. Governador, nos dois primeiros anos de Governo, não teve sequer um único projeto rejeitado por esta Casa! Este Parlamento sempre acolheu os projetos encaminhados por V.Exa., e certamente acolheria, de acordo com uma ampla discussão, envolvendo todos os setores - cultura, turismo e esporte - pois a cada dia nos procuram preocupados com os rumos desta reforma, certamente V.Exa. também teria êxito, mas após uma ampla discussão!

Então, Sr. Governador, o tempo de convocação não é o tempo certo para aprovarmos este tipo de projeto e sim o período ordinário dos trabalhos da Assembléia Legislativa.

O SR. GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA - Agradeço pelas palavras de V.Exa., Deputado Paulo Eccel.

Quero esclarecer que cultura, esporte e turismo terão infinitamente muito mais recursos nas suas finalidades do que tiveram até agora. E para começar, a dedução para a cultura vai passar de 0.3% para 0.5%. Tanto a cultura, como o turismo e o esporte estão com suas atividades previstas para serem beneficiadas com projetos na área do Fundosocial.

Tenho a velha convicção, e já fui Parlamentar de Oposição e Parlamentar de Situação, que a convocação extraordinária é o tempo certo, sim, porque nos dedicamos àqueles temas exclusivamente, num período de calma política. Todos estão focados nestes projetos.

Como são 40 Parlamentares cuja competência eu reconheço, não haverá dificuldade para deliberação, acredito, de nenhum projeto, até porque muitos deles já estavam tramitando na Casa e foram incorporados na convocação.

A criação das Mesorregionais não é forma disfarçada de confessar o não-funcionamento das Secretarias Regionais. E V.Exa. sabe bem o que representou a Secretaria Regional para Brusque, a mudança que houve em Brusque com a proximidade do Governo, com a atuação do Governo, com os investimentos que foram feitos pelo Governo, como nunca em nenhuma Regional se investiu tanto como investimos nesse período.

O que aconteceu é que o Secretário Regional de Brusque, Professor Dirceu Marchiori, que era uma pessoa desconhecida na política, foi alçado à condição de vice-Prefeito na campanha que apoiou e apoiou deliberadamente porque essa foi a decisão do meu Partido, exatamente por sua atuação como Secretário do Desenvolvimento Regional.

Com relação ao Fundosocial e possibilidade de a pessoa quitar a dívida fazendo investimento no Fundo e isso representar um estímulo ao mau pagador, eu gostaria de dizer, em primeiro lugar, que as restrições são tantas ao mau pagador, àquele que está inscrito nos diversos organismos que controlam, àquele que não paga os tributos, que o grande drama para o empresário é ele não poder pagar.

Nós sabemos que houve conjunturas adversas. Na minha cidade existem megaempresas que passaram por uma conjuntura muito adversa, conjuntura de mercado, conjuntura de câmbio e tiveram grandes dificuldades, e não é o caso dessas empresas porque elas são exportadoras, não são devedoras de ICMS, mas muitas empresas que passaram por essas dificuldades podem, agora, ter esse benefício. Como? Colocando recursos não na vala comum da receita, mas num fundo que vai investir recursos contra a exclusão social, pela inclusão social!

O Projeto Revigorar não atingiu o seu objetivo, primeiro porque ele se compartilhou numa realidade do Tesouro, em que chega a quase 100% de comprometimento de compartilhamento da Receita. O Fundo não, o Fundo vai ter condições de representar, como V.Exa. reconheceu, uma possibilidade de investimentos para resolver problemas. Nós todos fomos eleitos para resolver problemas, e os Srs. Deputados serão nossos parceiros na resolução desses problemas.

Eu agradeço a V.Exa., mas quero, se possível, inclusive numa conversa, numa análise com V.Exa., reiterar que todo o objetivo desse projeto, que é o alavancamento do desenvolvimento do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Vânio dos Santos, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Governador e vice-Governador, esta é a primeira vez que venho à tribuna depois do dia 3 de janeiro, quando tomei posse para os dois anos de mandato. Portanto, peço desculpas a todos por não ter trazido aqui, Sr. Governador, uma frase de algum filósofo ou de algum grande intelectual, mas trouxe uma frase muito simples ou um ditado popular, mas que nos dá uma grande lição: "A pressa é inimiga da perfeição".

Estou dizendo isso porque não é possível em cinco minutos discutir o mérito de 26 projetos, alguns, mesmo tramitando nesta Casa, eu não tenho acompanhado. Mas eu gostaria de discutir à luz da filosofia apresentada no seu programa de governo e também na apresentação feita aqui.

Quero chamar a atenção aqui para uma questão levantada pelo Deputado Dionei Walter da Silva. A palavra privatização, no caso da SCGás, Sr. Governador, está colocada na tela de apresentação.

O SR. GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA - Foi um erro.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Então, sugiro para que seja corrigido, já que não é essa a questão.

Fazendo uma análise inicial dos projetos, o que se verifica? Nós temos, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, um projeto que cria a 30ª Secretaria, em Dionísio Cerqueira; que extingue empresas; que muda a forma da constituição jurídica de outras; que mexe profundamente na questão dos servidores e do serviço público, pois reestrutura o Estado de Santa Catarina; cria o Fundosocial; cria organizações sociais; mexe em questões previdenciárias; cria gratificação para transferência de servidores públicos; que implica redução ou aumento de despesa. Essa é uma questão em que ainda há divergência.

Portanto, vim aqui muito mais para dizer que apesar de todo o esforço que podemos realizar, apesar das audiências públicas, que tenho certeza de que esta Casa vai produzir ao longo dessas próximas duas semanas, com o reconhecimento na própria apresentação, Sr. Governador, de que nos próprios projetos ainda existem erros.

Verificamos, inclusive, a nossa assessoria e na discussão da Bancada do Partido dos Trabalhadores, questões de inconstitucionalidades. Sendo V.Exa., como disse aqui, e eu reconheço, um democrata, uma pessoa que tem uma ilustre história e trajetória política, que reverenciou o Parlamento como uma Casa de debates, eu tenho apenas um pergunta e uma proposta a fazer.

Nas eleições, no primeiro turno, o meu voto foi ao então candidato José Fritsch e no segundo turno votei na candidatura de V.Exa., por orientação do meu Partido e pelo apoio ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

V.Exa. apresentou naquela ocasião um programa dirigido aos servidores públicos do Estado de Santa Catarina em que dizia que não existe qualidade nem eficiência do serviço público sem a participação, sem a valorização do próprio servidor. Portanto, eu pergunto, como Deputado e como cidadão, se Vossa Excelência teve a oportunidade de reunir as entidades sindicais, representantes dos servidores públicos no Estado de Santa Catarina, para debater projetos de tanta magnitude, de tanta profundidade, a alteração da estrutura administrativa do Estado de Santa Catarina.

E caso a resposta seja negativa, se Vossa Excelência se dispõe, já que foi criado um fórum de servidores públicos, e nós Deputados não abriremos mão de sermos, como porta-vozes da sociedade, os debatedores, aqueles que vão apresentar emendas, que vão propor, melhorar e que vão interagir com a sociedade, apesar das audiências públicas que vamos realizar aqui, a encampar essa proposta de também se reunir, independentemente a apresentação dos projetos a esta Casa, com esse fórum dos servidores para que também possa colher deles sugestões a esses projetos.

Muito obrigado!

O SR. GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA - Nobre Deputado, o Secretário Marcos Vieira realizou, segundo me informo, dezenas de reuniões com representantes sindicais, já que a sua tarefa é estabelecer diálogo permanente com os servidores públicos. É claro e evidente que sou amigo do

diálogo e estou pronto para dialogar com lideranças sindicais, e acredito até que não haverá tanto interesse, porque, longe de trazer qualquer prejuízo aos servidores, o projeto exalta os servidores públicos, cria aquilo que nunca houve na legislação em relação ao servidor, que é cargo privativo de servidor.

Em segundo lugar, o projeto cria um estímulo salarial importante ao servidor que quiser se deslocar para o interior em determinadas condições. O projeto cria a gestão por projetos, o que dá uma nova perspectiva aos servidores públicos, além de outras vantagens que ele propicia para os servidores públicos.

Quero dizer, reiterando mais uma vez, que os Srs. Deputados desta Legislatura têm competência e espírito público suficiente para apreciarem esses projetos, até porque vários deles já estavam em exame aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Rogério Mendonça, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. Presidente, Sr. Governador, Sr. vice-Governador, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, todos os que estão aqui participando desta sessão da Assembléia Legislativa, primeiramente gostaria de parabenizar o Governador pela coragem que está tendo ao encaminhar este novo projeto de reforma administrativa, até porque tenho sido entrevistado por alguns órgãos de comunicação e as pessoas têm me falado em relação a cargos, e tenho dito que, na realidade, os cargos comissionados têm sido reduzidos através desses projetos.

A dois anos das eleições o natural seria que o Governador ampliasse o número de cargos comissionados para que, a seu bel-prazer, pudesse indicar quem bem quisesse e, através deles, fazer política da forma que quisesse. Mas não! O Governador está tendo a coragem de encaminhar um novo projeto, entendendo que há necessidade de uma reformulação, o que é natural. No andar da carruagem as melancias vão se acertando.

Então, Vossa Excelência encaminha este projeto da forma que está, como disse o Líder do seu Governo, Deputado João Henrique Blasi, que este não é um projeto que está vindo para ser aprovado da maneira tal qual aqui chegou, mas para estar sujeito a discussões, opiniões, aprimoramentos e para que, no final, quando for aprovado, atenda as necessidades da nossa sociedade.

Com relação, por exemplo, ao art. 152, § 2º, que fala em redução de 50% dos cargos da Cidasc e da Epagri, eu, Sr. Governador, mesmo sendo do seu Partido, já estava preparando uma emenda para que fosse suprimido o § 2º. E agora, ainda com mais ênfase, vou encaminhar a emenda porque sei que não é a sua intenção, que é um engano, até porque sabemos a importância da Cidasc e da Epagri. Tenho certeza de que a sua intenção é cada vez mais ampliar os serviços desses órgãos junto a agricultura e ao agricultor de Santa Catarina.

Eu faço uma pergunta sobre a Epagri e a Cidasc, com quem tenho uma vinculação muito forte. O que Vossa Excelência pensa sobre essas empresas? Pergunto também, Sr. Governador, com relação ao bojo da proposta da reforma administrativa existe um projeto de lei complementar à Constituição, que prevê a desvinculação da pericia oficial da Polícia Civil. Nós sabemos que outros Estados, como o Paraná, o Rio Grande do Sul e São Paulo já estão nesse caminho com grandes resultados.

Qual a intenção de Vossa Excelência ao fazer essa desvinculação?

O SR. GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA - Nobre Deputado Rogério Mendonça, quero agradecer pelas palavras de V.Exa.

Vou aproveitar para ler o preâmbulo do Plano 15 para responder a respeito das duas empresas - Epagri e Cidasc - mas também sobre o Incepa, o Fepa e todo o conjunto da Secretaria da Agricultura. É parte central, para usar uma expressão própria do meio rural, é o pivô central dessa proposta. Vou ler o que escrevi há dois anos e meio quando elaborei esse projeto:

(Passa a ler)

"O Governo do Estado precisa de uma forte reestruturação. Temos tempos novos e um governo velho, tempos digitais e um governo manual; concentrado, e por isso ineficaz; centralizador, e por isso pessoalista; distante, e por isso ausente do conjunto das regiões mais afastadas; autoritário, e por isso reproduzidor das velhas práticas de submissão. A reestruturação que propomos tem fundo ótico, busca a democratização das ações, e a transparência. Visa a amplo engajamento e participação das comunidades de cada microrregião, com a regionalização do orçamento, do planejamento, da fiscalização e das ações.

Ela, a proposta, tem, além de tudo, o objetivo econômico/social de combater a litoralização, que vem esvaziando, dramaticamente, o campo, inchando, deformando as cidades, a começar pela nossa bela Capital.

Reequilibrar, harmoniosamente, a população catarinense em todo seu território com qualidade de vida, é o objetivo deste programa.

Santa Catarina tornou-se, nos últimos anos, um dos Estados campeões nacionais de êxodo rural face a centralização governamental e a conseqüente ausência de políticas regionais de desenvolvimento agropecuário. E essa tem sido a maior matriz geradora da crise urbana caracterizada hoje pelo desemprego, subemprego, favelização, subnutrição e criminalidade. Daí a necessidade inadiável de reestruturação do Estado, que se baseará em quatro linhas básicas: descentralização, municipalização, prioridade social e modernização tecnológica."

Isto aqui bastaria para responder sobre a importância que dedico a Epagri e Cidasc, a Secretaria da Agricultura como um todo, por sinal dirigida por um ilustre Parlamentar, colega dos senhores que integram esta Casa, Deputado Moacir Sopelsa.

Aquela colocação foi um erro redacional, eu já respondi. Encaminharei amanhã um aditivo, uma emenda corrigindo os erros que constam do projeto. Peço desculpas pelos erros, mas só erra quem faz. E os senhores que fazem muito por Santa Catarina nesta Casa Parlamentar erram também diariamente, como eu erro no exercício do meu mandato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o Sr. Deputado Manoel Mota, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, Sr. Governador, Sr. vice-Governador, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Senadora Ideli Salvatti, convidados e visitantes.

Sr. Governador, com meus 22 anos de vida pública, esta Casa muitas vezes se dirigiu por todo o Estado de Santa Catarina para fazer audiências públicas, mas a população catarinense foi enganada porque o Governador não acatou o resultado. E foram muitas vezes.

Por isso quero cumprimentá-lo, Sr. Governador, pela coragem, porque o que Parlamento catarinense pensava, Vossa Excelência colocou em prática. Podemos ir para o interior fazer audiências públicas, ter um Conselho Regional que busque a aspiração do povo de cada região, as obras fundamentais.

Hoje o Orçamento tem o sentimento do povo de Santa Catarina porque o Conselho representa a população, além do Parlamentar. E aí é consolidado com a audiência pública.

As coisas mudaram. Se o Governo está neste segundo momento melhorando a descentralização é porque entende que precisa fortalecer ainda mais as Regionais e as regiões.

Por isso, temos convicção que aqueles que faziam o Orçamento em quatro paredes, colocando o que tinham na cabeça, sem consultar a população jogavam dinheiro fora porque não eram as obras desejadas.

Esse sonho acabou. Agora é o sonho da descentralização, da participação da população, do povo catarinense. Mudar a cultura de governar daqui de Florianópolis, de fazer o Orçamento daqui de Florianópolis é muito difícil. Só faz quem tem coragem.

Vossa Excelência, Sr. Governador, com este espírito público, democrático, entregou a caneta à população de Santa Catarina, porque quem perde o poder de fazer o Orçamento tira a caneta da mão. E agora, com o fortalecimento das Regionais, é mais ainda, é dar a caneta com tinta para buscar o que é fundamental para Santa Catarina.

Por isso, também pela primeira vez, há a valorização do servidor público, onde em várias gerências só pode entrar pessoas de Governo.

Por isso, Sr. Governador, este é o momento decisivo. O Parlamento é competente, é capaz, vai analisar o projeto e vai dar a resposta com um resultado altamente positivo, porque este projeto não é para satisfazer o Governo, o Governador nem o vice-Governador, é para atender o povo de Santa Catarina, e com o pouco dinheiro que tem transformá-lo em obras fundamentais.

Nós fomos eleitos para contribuir com o nosso Estado. Fomos eleitos para valorizar a nossa região, gerando emprego, renda, desenvolvimento e melhor qualidade de vida para o nosso povo. E este projeto busca tudo isso.

Por isso temos convicção e certeza de que muitos Parlamentares, mesmo os da Oposição, vão analisar com profundidade e vão saber que não é bom para o Governo e sim para Santa Catarina.

Por isso, Sr. Governador, o nosso reconhecimento e a certeza de que esses 20 dias serão tempo suficiente para analisarmos, para vermos item por item, melhorarmos e aprovarmos, para que se instale o Governo da descentralização, que servirá de modelo não só para Santa Catarina, mas para o Brasil.

Por isso, cumprimento Vossa Excelência, na certeza de que os Parlamentares são pessoas muito competentes e que, com certeza, vão aprová-lo.

Muito obrigado!

O SR. GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA - Agradeço ao nobre Deputado Manoel Mota, e quero, antes de me referir às suas palavras, pedir desculpas ao Deputado Rogério Mendonça sobre a emenda constitucional que dá autonomia à pericia em relação à Polícia Civil. Diz respeito a própria natureza do trabalho pericial, que deve ter um trabalho isento, inclusive em relação ao policial que executa a investigação. Por isso estamos promovendo a separação.

Com relação ao Líder, Deputado Manoel Mota, cujo modo especial e aguerrido de falar, é uma característica, quero dizer que é isso mesmo. V.Exa. que priva da minha intimidade sabe bem que não temos outro objetivo senão o de acelerar o desenvolvimento de Santa Catarina.

Por que estamos propondo esses projetos em convocação extraordinária? Porque Santa Catarina tem pressa! Nós temos pressa! Nós queremos aumentar ainda mais a velocidade da máquina do Governo. Por isso estamos solicitando a competência dos Srs. Deputados para aprovarem esses projetos no prazo da convocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Joares Ponticelli, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, Sr. Governador, Sr. vice-Governador, Sra. Senadora, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero saudar também a representação dos funcionários aqui presentes, membros do Governo, a imprensa.

Quero dizer, Sr. Governador, que não vou polemizar com V.Exa. porque penso que o debate político sobre essa matéria terá de ser feito no âmbito do Parlamento e com aqueles que representam o Governo aqui nesta Casa.

Vossa Excelência tem enfrentado, nos últimos dias, por aquilo que a imprensa relata, resistências a essa matéria dentro do próprio Governo! E nós temos constatado isso! Vossa Excelência também deve ter conhecimento do *lobby* que está sendo feito nesta Casa por muitos membros de escalões importantes do Governo, que têm procurado inclusive Deputados de Oposição, para propor alterações à proposta que aqui está. Por isso eu quero aqui fazer coro àqueles que já levantaram essa proposta.

A reforma está sendo estudada há quase um ano, pelo menos é o que a imprensa noticia. Na semana passada duas versões aportaram nesta Casa. Eu acessei a duas versões da matéria. V.Exa. reconheceu agora há pouco que já está encaminhando um aditivo que visa à correção de vários erros, já admitidos pelo Governo, que constam do referido projeto.

Pois bem, se o Governo, com todo este tempo que teve, com uma verdadeira equipe de gênios, por aquilo que foi divulgado, elaborou durante um longo período a proposta, eu quero fazer um apelo. V.Exa. que tem se apresentado sempre como parlamentarista, como um defensor do Parlamento, não exija desta Casa a aprovação dessa matéria em tão curto espaço de tempo.

Nós só acessamos à proposta, que ainda não é definitiva, na última quinta-feira! E em pouco mais de dez dias nós não temos condições de aprová-la com o debate que a sociedade catarinense merece sobre essa matéria. Por isso sempre me posicionei contra a discussão dessa matéria em período de convocação extraordinária! Primeiro, porque é um período em que a sociedade está distante das discussões no Parlamento. O servidor público em férias e a sociedade desligada de tudo isso.

Vossa Excelência tem reafirmado à imprensa que vai renunciar ao Governo daqui a 14 meses. Portanto, o período de Vossa Excelência, enquanto comandante do Executivo, vai durar mais 14 meses apenas. Evidente que essa reforma que Vossa Excelência está propondo não é para o seu período de Governo, mas é uma reforma que Vossa Excelência pretende perenizar para os Governos subsequentes.

Não há por que acelerar esse processo e retirar do Parlamento a possibilidade de uma discussão mais ampla, a possibilidade do aperfeiçoamento, que Vossa Excelência já reconheceu, a proposta que aqui está, merece.

E, pontualmente, quero lhe questionar, já que o Secretário Armando Cesar Hess de Souza noticiou festivamente que essa reforma representaria uma economia de R\$ 150 milhões, Vossa Excelência não falou sobre este assunto, e eu gostaria que falasse.

Quero fazer uma outra constatação. O seu discurso de campanha batia muito na questão da litoralização, do desenvolvimento do litoral e do empobrecimento do interior do Estado. Eu ainda não consegui compreender essa mudança nas estruturas: 22 Secretarias vão ficar numa condição inferior e 28 delas numa condição superior.

Eu percebi pelo mapa, Sr. Governador, que das oito que terão mais poder, mais peso, mais cargos, consequentemente mais orçamento, cinco delas se encontram no litoral e apenas três se encontram da BR-116 para cima. Portanto, há um contra-senso, há uma negativa ao discurso. Nós precisávamos exatamente do contrário disso: fortalecer aquelas que estão em regiões mais empobrecidas, que precisam de uma atenção maior do Governo.

No momento em que se fortalece das oito, cinco, no litoral, e apenas três, da BR-116 para cima, eu já não acredito mais na prioridade do discurso do combate à litoralização.

E para concluir, com relação ao tal estímulo que se pretende para os servidores se deslocarem da Capital para o interior, eu penso que estará ferido de morte o princípio da isonomia salarial e não acredito que essa proposta possa resistir ao primeiro questionamento que virá.

São essas as ponderações que quero fazer.

O SR. GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA - Agradeço ao nobre Deputado Joares Ponticelli, Líder da Oposição pela intervenção.

Em primeiro lugar, quero dizer que não são três Secretarias Mesorregionais que compreendem as regiões do interior. Na verdade, nós temos a da Grande Florianópolis, que abrange todo o interior da Grande Florianópolis, onde a situação é semelhante ao interior de qualquer outra região de Santa Catarina; abrange a região do litoral, da foz do rio Itajaí, em Itajaí. As demais são as serras catarinenses, em Lages, do Oeste, em Chapecó, da região do Contestado, em Joaçaba, da região do Médio Vale e Vale, em Blumenau, e a da região de Joinville, se puder caracterizar Joinville como litoral, mas todo o Planalto Norte e todo o interior da região do Vale do Rio Itapocu pertencem ao interior.

Agora, as oito Mesorregionais não são uma invenção nossa. Qual é a Mesorregional do Sul, senão Criciúma? Qual é a maior cidade pólo do Sul, senão Criciúma? Qual é a maior do Norte, senão Joinville? Qual é a maior do Oeste, senão Chapecó? Qual é a maior da Serra, senão Lages? A única dúvida que se pode ter em discussão é entre Joaçaba e Concórdia, mas a decisão por Joaçaba foi exatamente por sua localização, que está mais próxima da região do Contestado.

Quanto à propalada economia de R\$ 150 milhões, foi um arroubo de um técnico da equipe, que foi transformado em manchete pela imprensa. Eu nunca confirmei, porque se eu confirmasse que seria R\$150 milhões, R\$ 200 milhões ou R\$ 300 milhões 300, eu estaria desconsiderando este Poder. A

economia vai ser do tamanho da deliberação que tiver este Poder. Ela poderá ser de R\$ 150 milhões como poderá ser muito maior, se o Estado tiver a sensação de pagamento de salários a empresas que terão que ser extintas. Por exemplo, a economia será maior se essas empresas não forem extintas, a economia será menor... e por aí afora.

Eu vou renunciar realmente no prazo que seria o da descompatibilização porque eu defendo que ninguém deve ter privilégio eleitoral, nem o Governador e nem mesmo o Presidente da República.

Eu proclamei sempre esta tese quando eu estava na Oposição, e agora que estou no Governo, como sempre na minha vida, vou praticar um ato de coerência. Não quero ser candidato a Governador tendo o privilégio do cargo. Quero ser candidato à reeleição, se o meu Partido me fizer como tal, quero sê-lo sem nenhum privilégio, disputando eleição em condição de igualdade com aqueles ilustres homens públicos que forem indicados para tal por seu Partido.

Quanto à questão de resistências do próprio Governo, é natural que haja pessoas que entendam o poder da delegação que fiz e outras que entendam menos.

Mas não houve nenhuma crise no Governo. Houve uma discussão de ponto de vista entre membros da mesma equipe. Uma discussão democrática como a que terá aqui, ou seja, alguns não querendo perder mais espaço, o que é natural, é normal.

Ora, a todos citei o meu exemplo. Estou delegando poder. O poder que eu tinha para decidir eu deleguei aos Conselhos de Desenvolvimento Regional. E o projeto veio harmonicamente para ser debatido internamente no Governo, representando o alto nível de unidade entre os membros do Governo.

O nobre Deputado Joares Ponticelli me pediu que não exigisse o exame em tão pouco tempo. Longe de mim exigir qualquer coisa do Poder Legislativo. É um Poder soberano e mais do que ninguém eu exalto a harmonia e a independência entre esses Poderes na forma clássica, como tal desenhada pelos iluministas franceses.

Quero saudar a Senadora Ideli Salvatti pela sua presença, a quem gostaria de pedir uma salva de palmas.

(Palmas)

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o Deputado Francisco Küster, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Sr. Presidente, Sr. Governador, Sr. vice-Governador, demais componentes da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sra. Senadora da República Ideli Salvatti, membros da equipe de Governo, lideranças classistas, sindicalistas, senhoras e senhores.

Indiscutivelmente, nós somos, não raras vezes, tentados a resistir as mudanças, as transformações. Isso é inerente ao ser humano, porque a pessoa sai daquilo que domina, que conhece bem em busca do novo que lhes pode acarretar algumas surpresas, mas feliz de quem tem a coragem de mudar.

A história escrita se escreve, via de regra, por esses que ousam. E Vossa Excelência está dando uma grande contribuição ao Estado de Santa Catarina, que padecia há muito tempo. Algumas regiões começavam a ficar despovoadas. Municípios, como, por exemplo Ponta Alta, na minha região, há tempos idos já teve dez mil habitantes e hoje tem três mil e poucos habitantes ou pouco mais do que isso.

Em outros Municípios mais a Oeste, encontramos pessoas cuidando dos netos, os mais vívidos, porque os filhos e filhas, genros e noras tiveram que se deslocar para o litoral ou a outras capitais em busca de uma oportunidade para viver, porque o Estado acomodou-se.

Por isso é que eu digo que é da natureza do homem. Os Governos deram continuidade àquela situação que existia. Governavam alguma coisa diferente, mas não muito diferente, e agora chegou a hora de ousar, de fazer diferente. Aproximar o Governo do cidadão, o Estado valorizar o servidor público e ouvir de Vossa Excelência o desejo.

E eu, que me confesso parlamentarista convicto, quero, senão na vida pública, acompanhar a transformação, esse salto de qualidade do nosso País para um sistema de governo parlamentarista.

Sr. Governador, ouvi de Vossa Excelência o desejo de valorizar o servidor de carreira, de profissionalizá-lo, de aproveitá-lo em posições-chaves. Isto é muito bom! Ouvi também a redução na proposta de quadros comissionados, mas o que é mais importante desta proposta ousada é o desejo de mudar, de dar ao Estado uma dimensão contemporânea e aproximar o Governo das pessoas e das decisões.

Os Conselhos Regionais são coisas extraordinárias! Se soubermos usá-los ou se eles funcionarem como devem, o resultado será extraordinário. Há a idéia de que as Mesorregionais fiquem no litoral, mas não são apenas oito Secretarias. Não seriam 30 Secretarias? Onde estão as outras? Não ficou no mapa de Santa Catarina uma região sem a presença do Estado e do Governo através da proposta.

A Mesorregional é para dar uma dinâmica mais centralizada nas regiões fora da Capital. Nós tivemos como modelo atual o inchaço da Capital, dos Municípios, das regiões conturbadas do nosso litoral catarinense, com o aumento dos problemas e com o comprometimento também da qualidade de vida dessas regiões, em detrimento do esvaziamento do restante do Estado.

Vale o esforço, sim! Cumprimento o Sr. Governador, e não está falando aqui o Suplente de Deputado que o senhor trouxe a esta Casa, não! Está falando quem acredita que este modelo vai dar certo para o bem dos catarinenses e para a inteireza do Estado de Santa Catarina.

O nosso Estado estava ficando com regiões de primeira categoria, porque eram desenvolvidas, porque eram assistidas pelo Estado e pelo poder público, e com outras regiões cujas populações serviam para votar e para eleger.

Cumprimento Vossa Excelência, Sr. Governador, pela ousadia e pela coragem.

Muito obrigado!

(Palmas)

O SR. GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA - Agradeço a V.Exa., nobre Deputado Francisco Küster.

Se nós tivéssemos esse modelo de desenvolvimento, em que os Prefeitos da região, os Presidentes de Câmaras Municipais e representantes da sociedade decidem as prioridades de cada região, nós não teríamos tido a inversão que tivemos. Asfalto aqui, onde não há produção, e falta de asfalto ali, onde há produção.

É o caso de Antônio Carlos a Rachadel, onde estamos fazendo; é o caso do acesso a Angelina; é o caso do acesso a São Bonifácio, que já entregamos. E eu estou falando olhando para o Secretário Regional,

que atua mais no interior da Grande Florianópolis do que propriamente na Grande Florianópolis litorânea. Por que o Secretário Regional atua desta forma? Porque a nossa política é de equacionamento do desenvolvimento como um todo, em todos os lugares, em todas as regiões, seja em São Pedro de Alcântara, Angelina, Antônio Carlos, São Bonifácio, Santo Amaro, Palhoça, Biguaçu ou em qualquer um dos Municípios de Santa Catarina.

V.Exa. lembrou o aspecto da reforma, a reforma de profissionalização do servidor público, e ela faz isso ao estabelecer obrigatoriamente que para aquelas funções de Estado o Governador só poderá nomear servidor público de carreira.

V.Exa. abordou com perfeição o aspecto, Deputado Francisco Küster, da aproximação do Governo com o povo. Eu lembro que eu ouvi de um caboclo em Campos Novos, durante a inauguração do asfalto histórico entre Campos Novos, Zortéa e Capinzal. Ele chegou para mim e disse: "Governador, obrigado. Agora, o Governo está aqui na nossa mão. O Governo não está longe, está aqui mesmo em Campos Novos."

V.Exa. abordou bem esta questão da aproximação. É claro que nós não temos uma estrutura perfeita ainda, mas não tenho a menor dúvida de que esse sistema é cem vezes melhor do que aquele Governo distante e monocrático, ausente, ineficaz e ineficiente que tínhamos como estrutura.

Não estou fazendo crítica a ninguém, mas da estrutura que tínhamos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Antônio Carlos Vieira, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, Sr. Governador, Sr. vice-Governador, Srs. Deputados, autoridades do Governo, senhoras e senhores, eu vou falar somente sobre três assuntos ou sobre três dos projetos.

Primeiro, eu gostaria de dizer que não vou fazer críticas nem elogios, mas vou fazer alguns questionamentos, e vou colocar aqui uma frase de efeito: nenhum Governador chega a Governador por ser burro e sim por ser inteligente. Isso é óbvio. Então, Vossa Excelência é um homem inteligente. Esta é uma frase também de impacto.

Mas eu gostaria de dizer que no projeto do Fundo Social há uma situação que eu preciso de uma explicação, isto é, para cada R\$1,00 pago vai haver R\$ 1,00 de perdão. Paga 50% e perdoo 50%. Eu faço a seguinte análise: um contribuinte que deve, de dezembro de 2004, R\$1 milhão por operações normais, ICMS, destaque nas notas fiscais, créditos que foram para frente, operações que ele cobrou do consumidor, recebe uma multa, Sr. Governador, de 25%. Isto equivale a R\$1.250.000,00. Ele vai pagar somente R\$625 mil? Vai ser dispensado o principal? Aquele imposto que o consumidor pagou para ele vai ser dispensado?

Sr. Governador, será a primeira vez que verei em toda a minha vida um projeto de lei, de transação, que dispensa o principal. Dispensar multa, dispensar juro, correção monetária eu já vi muito. Agora, dispensar o principal nunca vi, e esse dispensa.

Um outra coisa: eu entendo que todo projeto tem que respeitar a Constituição e as leis complementares. As Constituições Federal e Estadual estabelecem que não pode vincular imposto a fundo ou a despesas, exceto aquelas que são constitucionais. Este fundo vai ser criado como resultado de imposto.

Por outro lado, nós estamos também tirando a aplicação dos 12% da Saúde, dos 25% da Educação, ao colocá-lo dentro de um fundo e não na arrecadação tributária. São questionamentos.

A Senadora Ideli Salvatti saiu e gostaria de ouvir o seu depoimento com relação à CPI da Sonegação Fiscal. Acho que esse Fundo Social é exatamente contra as decisões da CPI da Sonegação Fiscal, para não dar benefício ao sonegador. E este projeto do Fundo Social é um grande benefício ao sonegador.

Não vi ainda, Sr. Governador, nenhum pronunciamento da nossa Fiesc, tão zelosa em alguns momentos, e nós chamávamos a atenção quando atendíamos aos devedores.

Sr. Governador, não entendi a questão dos prédios. Nós temos um projeto de lei que já ingressou no ano passado, da venda de prédios públicos, e agora existe um projeto que cede à Prefeitura Municipal, por 24 meses, o prédio da Secretaria da Fazenda.

Faço um apelo para que seja retirado este projeto, porque foi investido perto de R\$10.000.000,00 em tecnologia para utilização na fiscalização do ICMS.

Vossa Excelência transforma a Invesc na Invest e esta vai entrar no capital do Sapyens Parque. Será que nenhum dos seus assessores já lhe disse que o Estado é sócio da Sapyens Parque com 90% do capital? A Codesc já tem, embora não autorizada por esta Casa, 90% do capital integralizado da Sapyens Parque que é, até provem em contrário, uma empresa privada, inclusive com o terreno de Canasvieiras que foi colocado, em dezembro de 2004, na sociedade Sapyens Parque.

Não acredito que este projeto que envolve a Sapyens Parque tenha mais necessidade, só falta que o Governo peça autorização para que a Codesc integralize, nos termos do § 2º, do art. XIII da nossa Constituição, o capital de uma empresa privada ou empresa vinculada.

São esses os questionamentos, Sr. Governador. Não fiz crítica, não fiz elogio, mas fiz um questionamento.

O SR. GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA - Agradeço ao nobre Deputado Antônio Carlos Vieira, que faz o seu papel de opositorista, e o faz sempre de uma forma implacável.

Na verdade, não há inconstitucionalidade nenhuma na criação do fundo, haveria se eu criasse por decreto, mas aprovado por esta Casa o fundo é absolutamente constitucional. Aliás, o Governo Federal fez inclusive com o apoio do seu Governo a desvinculação, não fez fundo, da DRU. Não há, de forma alguma, inconstitucionalidade.

Com relação a uma das fontes do Fundo Social, que é a cobrança da dívida ativa, V.Exa. diz que nunca viu se conceder uma anistia sobre o principal. V.Exa. nunca viu também o Governo do Estado governando democraticamente do interior. Nós estamos acabando com a mesmice no Estado de Santa Catarina. O que nós estamos fazendo não é uma anistia, o devedor está investindo num fundo social. É lógico, é evidente que se V.Exa. puder impedir que o Governo tenha esse instrumento para o desenvolvimento social, vai fazê-lo, é normal, está dentro do seu papel de opositorista. Se bem que eu não vejo oposição nessa característica.

Com relação ao prédio das Secretarias, está aqui o projeto para me autorizar a vender, e vou vender com todas as benfeitorias que estão lá dentro. Agora, estou concedendo o prédio à Prefeitura por dois anos porque onde a Prefeitura funciona é impossível

governar como quando eu assumi era impossível desse prédio aqui próximo que chamavam de palácio, um prédio que não concentrava nem 10% dos servidores.

Em todo o mundo os Governos, na sua sede, concentram as suas diversas divisões. Isso eu vi na Europa como um todo, e mais recentemente em Santiago de Compostela, a nova sede do Governo, recentemente construída, que congrega todo o Governo. A concepção de Oscar Niemeyer foi de concentrar todo o Governo na Praça dos Três Poderes. O Governador de Córdoba está sob o drama de ter um Governo como nós aqui espalhado em dezenas de prédios e está construindo um centro cívico e concentrando todo o Governo. A Bahia já o fez há mais de 20 anos, em Salvador.

Por que nós estamos querendo vender os prédios? Para com os recursos auferidos com a sua venda poder construir novas instalações para levar todo o Governo do Estado para o centro administrativo. Este é o objetivo claro, absoluto, não tem nada que não justifique esse projeto, tudo o justifica.

Por isso, nobre Deputado, agradeço a V.Exa. pelas observações. V.Exa. nunca viu isso, mas o Fundo Social não é um projeto de anistia, é um projeto diferente, é um projeto de inversão de dívida que está aí. Não se consegue cobrar R\$ 4 bilhões, pois os processos de cobrança são lentos, não funcionam para investir metade desse dinheiro no Fundo Social. V.Exa. nunca viu isso porque realmente esteve acostumado a um governo burocrático, um governo manual, e nós estamos implantando um novo tipo de governo em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Nilson Gonçalves, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. Governador, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, demais autoridades aqui presentes, não sei se com o meu pronunciamento vou conseguir dar um pouco mais de tranquilidade, especialmente aos meus Colegas de Oposição.

Mas eu não poderia, de forma alguma, deixar de trazer aqui o meu testemunho de que vivi. Até poderia dizer a V.Exas. que este filme eu já vi no Município de Joinville, quando o então Prefeito Luiz Henrique da Silveira resolveu descentralizar o seu Governo. E lá as dúvidas tomaram de assalto também, na ocasião, os Srs. Vereadores.

A comunidade ficou na dúvida em relação ao que seria aquele Governo, com a forma como o então Prefeito Luiz Henrique da Silveira estava querendo fazer. A dúvida foi o grande mentor de todas aquelas discussões que aconteceram naquela época, e eu tive a oportunidade de ser Vereador da Situação.

Aconteceram muitas discussões e o sistema foi instituído. Nós, no primeiro momento, também tivemos os mesmos problemas que as administrações regionais estão tendo agora neste primeiro momento. Houve falta de entrosamento, muitas pessoas sem a devida experiência, muitos sem entender exatamente o que era a descentralização e, por consequência, muitos Prefeitos procurando a Secretaria Central e outros perguntando aos Deputados como fazer.

Isto aconteceu exatamente também no Município de Joinville, quando foram instituídas as Regionais. E quando isso aconteceu, na medida em que o tempo foi passando, essas coisas foram se organizando de maneira tal que o Governo de Joinville, depois de instrumentalizadas as suas

Regionais, passou a ser um Governo muito forte, tão forte que nesta última eleição, depois do Sr. Prefeito ser eleito Governador, deixar a Prefeitura para um rapaz que não tinha nunca passado pela experiência de uma eleição no Executivo, o Prefeito Marco Tebaldi, enfrentou um dos melhores candidatos ao Governo do Município que Santa Catarina pôde ver, que é o Deputado Carlito Merss, que até então era dito como uma homologação naquele Município. Seria uma homologação a eleição do Deputado Carlito Merss pelo crédito popular que tinha, pela simpatia que tinha com a comunidade, pelo seu trabalho honesto, e veio o debate.

E o que aconteceu exatamente em Joinville? O Prefeito Marco Tebaldi reeleger-se pelos seus cabelos loiros? Reeleger-se por que ele é simpático? Muito pelo contrário. Se fôssemos analisar individualmente os dois candidatos, o Deputado Carlito Merss ganhava dele de longe na simpatia. Mas o que sacramentou, na verdade, Srs. Deputados, na Prefeitura de Joinville, a vitória do Prefeito Marco Tebaldi, em Joinville, foi exatamente o modelo de administração colocado lá, porque depois de vários anos, com a estrutura incrementada naquelas Secretarias Regionais, o povo entendeu que aquela era a melhor administração que poderíamos ter.

Por isso tivemos uma vitória em primeiro turno em Joinville. E quero aproveitar para dizer aos Colegas da Oposição que fiquem tranquilos, que nós vamos discutir mais e vai haver emendas que certamente serão aceitas. Vamos corrigir algumas coisas que precisam ser feitas, mas numa coisa os Srs. Deputados não tenham dúvida: a partir do momento em que esta máquina tiver ajeitada, que essas administrações regionais estiverem entendendo exatamente qual é o seu papel e as pessoas estiverem se entendendo, como estão se entendendo em Joinville hoje, não tenham dúvidas de que teremos o sucesso contemplado nessa administração estadual também.

Obrigado!

O SR. GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA - Eu agradeço a V.Exa. pelas suas palavras. V.Exa. lembrou bem que a implantação das Secretarias Regionais foi objeto de uma saravada de críticas contra o então Prefeito Luiz Henrique da Silveira.

O tempo foi passando, elas foram se consolidando, o povo foi sentindo o Governo próximo de si, o povo passou a deliberar através dos Conselhos de Desenvolvimento dos Bairros e o resultado foi a multiplicação fantástica das obras, como está acontecendo com a multiplicação fantástica das obras em Santa Catarina. E vai acontecer muito mais com esta reforma e com os projetos que a integram. Eu não tenho dúvidas disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o Deputado Lício Silveira, por cinco minutos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Sr. Presidente, Sr. Governador, Sr. vice-Governador, Srs. Deputados que compõem a mesa, senhoras e senhores, gostaria de tirar algumas dúvidas. Se o Sr. Governador tiver a gentileza de esclarecer, eu agradeço.

Com referência à Mensagem nº 742, no seu art. 3º, temos: "O Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - Ipsc - tem por objetivo praticar todas as operações na área essencial de Previdência dos servidores públicos, ocupantes dos cargos magistrados, membros do Ministério Público, Tribunal de Contas de Santa Catarina."

Eu gostaria de perguntar se isso também vale para a Justiça e para a Assembléia Legislativa.

Tenho uma segunda colocação. Até hoje, na sua exposição com relação ao projeto que chegou às nossas mãos, ele foi um pouco amenizado.

Vou começar pelo art. 150, em que ficam extintas as seguintes entidades da Administração Indireta Estadual: Imprensa Oficial do Estado, Fundação Catarinense de Cultura, Fundação Catarinense de Desporto.

No art. 152, o Poder Executivo fica autorizado a transformar as seguintes sociedades de economia mista em empresa pública: Cidasc, Epagri e Ciasc.

A minha dúvida é quanto ao art. 153: "Fica o Poder Executivo autorizado a extinguir e dissolver as seguintes sociedades de economia mista: Cohab e Santur."

Com relação à Cohab, Sr. Governador, Vossa Excelência sabe que os funcionários são celetistas e o art. 156 diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Art. 156 - Os empregos públicos do quadro de pessoal das empresas referidas nos incisos I e II do art. 153, com vínculo reconhecido na data desta lei complementar, passam a integrar o quadro de pessoal da Administração Direta do Estado no dia que anteceder ao da extinção da sociedade de economia mista."

Eu pergunto: como é que um celetista pode ser transferido para um regime estatutário?

Outra colocação, Sr. Governador, com relação ao art. 163:

(Passa a ler)

"Art. 163 - Fica o Poder Executivo autorizado a promover a reestruturação e alteração de denominação da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - Codesc - para Sorte/SC - Loterias e Sorteios S/A, com atividades definidas nesta lei.

§ 3º - O Poder Executivo, por intermédio de seus representantes, promoverá, no prazo de até 6 (seis) meses, a contar da publicação desta lei, uma redução de até 60% do número de empregos atualmente existentes no quadro de pessoal da entidade referida neste artigo."

E os outros 40%, Sr. Governador, para onde irão? Da mesma forma, como antecedi, no que se coloca como uma empresa de economia mista, no regime estatutário, e não vejo como isso pode ser feito juridicamente.

Bom, Sr. Governador, com essas ponderações, eu gostaria que Vossa Excelência fizesse a gentileza, como está fazendo até agora, de responder com a maior clareza possível. Eu gostaria de fazer uma colocação, na penúltima e na última página da sua mensagem:

(Passa a ler)

"Compete ao Governo definir os objetivos a serem alcançados, os caminhos a serem percorridos e os instrumentos a serem utilizados. É a responsabilidade que nós assumimos para a aprovação dessa proposta de modernização e fortalecimento da Administração Pública Estadual."

Aí vem a minha colocação. Quando o senhor diz que: "Mas incumbe também ao Governo promover amplo debate público sobre a implementação dessa matéria e subsequente negociação, que legalmente se impõe, com as estruturas sindicais da Administração Pública.

É o que faremos na seqüência da aprovação desse projeto de lei, na convicção de que o debate se faça de forma livre e construtiva, com o espírito de abertura que se impõe, mas também com o sentido de responsabilidade que a matéria reclama." Eu

pergunto: por que Vossa Excelência não fez isso anteriormente, antes de adentrar com esse projeto nesta Casa? Eu não entendo como vai ser discutido este assunto, posteriormente aprovado o projeto! Está escrito aqui.

O SR. GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA - Deputado, houve uma interferência aqui. Gostaria de saber qual é o assunto que vai ser tratado.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - É a sua mensagem, na última página, que diz:

(Passa a ler)

"Mas incumbe também ao Governo promover um amplo debate público sobre a implementação desta matéria e subsequente negociação, que legalmente se impõe, com as estruturas sindicais da Administração Pública.

É o que faremos na sequência, depois da aprovação de projeto de lei..."

A minha pergunta é a seguinte: por que o senhor não fez antes? Por que discutir uma coisa aprovada, posteriormente a esta ação?

Por último, eu gostaria de saber o seguinte: se numa empresa que tem 60 funcionários, saindo 40, outra vai do regime celetista para o estatutário, haverá ou não um processo de demissão dessas pessoas.

Gostaria que o senhor fizesse a gentileza de responder a essa minha colocação.

O SR. GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA - O Governo vai procurar reaproveitar e deslocar para cargos e para outros órgãos que têm necessidade todos aqueles servidores que tiverem mérito para tal, respondendo essa última pergunta.

Esse dispositivo da demissão, como eu disse no início, foi objeto de um erro datilográfico que já está sendo retirado. Relativamente à Codesc, eu quero retirar aquilo que eu disse no início. A Codesc foi criada pelo Governador Celso Ramos em parceria com a Prefeitura da Capital para investimentos na Capital do Estado. Depois a Codesc passou por transformações, passou a ser a *holding* do sistema financeiro do Estado, e ultimamente ela vivia exclusivamente da fiscalização do sistema de bingo e outras espécies de jogos desse tipo de loteria, caça-níqueis, etc.

Com a proibição dos bingos, a Codesc perdeu totalmente a sua função. Está recorrendo ao Tesouro para pagar o seu pessoal.

Então, a Codesc vai passar por um programa de demissão incentivada e, aí sim, transformar-se-á na Sorte/SA para gerir a Loteria do Estado de Santa Catarina, que nós pretendemos fazer votar a funcionar.

Com relação ao Ipsc, quero dizer ao ilustre Deputado Lício Silveira que nós estamos simplesmente adaptando aquele Instituto às normas da Constituição. E quanto o Tribunal de Justiça e à Assembléia Legislativa, terão quadro complementar, mas integrarão o sistema, porque esse é o mandamento constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o Sr. Deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. Presidente, Deputado Onofre Santo Agostini, excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira, vice-Governador, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, imprensa catarinense que participa e assiste esta sessão especial.

Aproximadamente há três ou quatro meses, quando tivemos contato por liminar com o projeto da reforma, conversei com o Governador Luiz Henrique da Silveira e dentro

de um entendimento lhe pedi para me dispensar da Secretaria do Estado da Organização do Lazer, para estar na Assembléia Legislativa, a fim de poder participar desta discussão, desta votação, por entender que este é um projeto que visa melhorar a essência do serviço público em nosso Estado, como em outros momentos que nós já vivemos nesta Casa. Eu, especialmente, no meu primeiro mandato, quando aqui aportou o projeto de reforma do então Governador Wilson Kleinübing, chamado de Plano Sim, que alterou a essência de algumas situações do serviço público do nosso Estado.

E o senhor, Governador, tem me surpreendido positivamente. Eu, que não tive convívio político nem pessoal com V.Exa. e, como todos sabem, não fui seu eleitor, me surpreendi positivamente com Vossa Excelência, ao encaminhar a esta Casa, logo no início do seu mandato, a primeira reforma que nós, Deputados, a aprovamos por unanimidade, como já foi dito.

E qual é a essência da vida? Todo ser humano busca o poder: na família, no trabalho e na sociedade. Todos nós gostamos e procuramos buscar o poder. E quando nós o conquistamos, muitas pessoas não sabem conviver com esse poder. Mas Vossa Excelência demonstrou isso no primeiro projeto que mandou para cá, ou seja, que sabe conviver com o poder.

Ao remeter várias e várias ações e decisões que caberiam ao Governador para as Secretarias Regionais, descentralizando a caneta, Vossa Excelência me surpreendeu positivamente por esta ação ao mostrar que não é apegado ao Poder, que o Poder não lhe subiu a cabeça, como se usa no termo popular.

Logo em seguida o senhor me convidou para participar da sua equipe de Governo para resolver um trabalho numa área estratégica, que é a área do lazer, cultura, esporte e turismo, que agora vai sofrer profundas transformações. E assim aprendi a lhe conhecer mais ainda e ver que Vossa Excelência também é um grande democrata que se coloca à disposição para discutir as questões. E esta é a nova surpresa.

Nestes 15 anos que eu estou na vida pública como Deputado, foram poucos os momentos em que um Governador, um Chefe de um Poder vem à Assembléia Legislativa colocar-se à disposição para discutir um projeto com os Deputados, ouvir as críticas que são legais, são democráticas, as sugestões, enfim, interagir com o Poder Legislativo.

Tem também outra situação muito importante que aqui já foi levantada pelo Deputado Lício Silveira, que é a de oferecer aos funcionários efetivos do Estado uma reserva de cargos comissionados. Praticamente dos 1.500 cargos comissionados existentes na estrutura de governo, 600 cargos comissionados só poderão ser ocupados doravante por funcionários públicos de carreira. Esta é uma inovação, é a valorização do servidor público.

Mas eu gostaria de me reportar, nestes 30 segundos, a uma colocação feita pelo eminente Deputado Antônio Carlos Vieira, um estudioso, um respeitado Deputado, conhecedor da legislação, de que a Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, permite a vinculação de receita, tanto para a área cultural como para a área social, e 0.5 da Receita Tributária Líquida.

Então, nesses projetos que estão vindo para esta Casa apenas queremos colocar isto, porque deverá vir também o projeto que vai alterar o Fundo de Cultura, de 0.3 para 0.5, conforme a Constituição Federal.

Muito obrigado!

O SR. GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA - Agradeço ao nobre Deputado Gilmar Knaesel e quero evocar, com saudade, o trabalho de seu pai como Deputado Estadual, meu Colega, integrante da legislatura 1971/1975.

Quero agradecer ao ilustre Parlamentar pelas palavras e reiterar o nosso propósito, que não é casuístico, que não é fisiológico, que não é oportunista, que é a execução de princípios ideológicos que eu sigo desde que ingressei, nos anos 60, no meu Partido.

Quero agradecer a V.Exa., Sr. Presidente, pela condução desta sessão, e aos ilustres Deputados, pela paciência de me ouvir e pelas intervenções preciosas que me fizeram.

Mas quero ressaltar a minha convicção pela descentralização.

Em 1977, fiz o curso de Administração Pública e Poder Local, realizado pela Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional. Era um curso destinado a Prefeitos das capitais brasileiras e eu fui honrado para integrar aquele seletivo grupo. A primeira lição que recebi foi de um ilustre PHD da Universidade de Erlanger, cujo nome procurei recordar, mas não estou me recordando neste momento. Ele proferiu como primeira frase o seguinte: "O Governo é tanto mais democrático, tanto mais transparente, tanto mais participativo, tanto mais eficaz, tanto mais eficiente quanto mais próximo estiver do governado."

Este é o princípio inclusive que foi traduzido na sabedoria popular, numa frase lembrada pelo ex-Prefeito de Bombinhas, o popular Canô.

Interpretando a proposta de descentralização, o ex-Prefeito de Bombinhas disse o seguinte: **quanto menor o terreno, mais rápida e mais fácil é a roçada.**

E é exatamente isso, porque o Governo está distribuído em 30 territórios, ele é muito mais capaz de tornar velozes as ações e multiplicá-las.

Recentemente, detive-me à releitura de uma obra clássica da literatura universal; detive-me na leitura do livro *O Desafio Americano*, que recomendo a todos aqueles que fazem política, e ao célebre livro de mil páginas do grande pensador francês Alex Ducan Ville.

Em 1835, Presidente Onofre Santo Agostini, Alex Ducan Ville, então recém formado advogado, fez uma visita aos Estados Unidos, naquela época a França era marcada pela filosofia do *L'État C'est Moi*, pelo Governo autoritário e centralizado. E o que é que viu Alex Duncan Ville, nos Estados Unidos? Viu um regime democrático, impulsionado pela força das comunidades organizadas em Condados, como governos regionais e em Municípios que detinham, eles e os Condados, 60% da receita tributária do País.

Foi naquele exemplo que Alex Duncan Ville vislumbrou e prognosticou a continuidade desse regime descentralizado dos Estados Unidos: este País vai se transformar numa potência. E V.Exas. podem conferir lendo ou relendo o célebre livro, o clássico livro de Ducan Ville.

Em compensação, disse ele, as Nações latino-americanas estão condenadas à miséria do seu povo porque escolheram regimes centralizados sem a força da comunidade.

Estão lá, numa obra de 1835, duas previsões: este País, os Estados Unidos, vai ser uma potência porque depositou na comunidade a força do seu poder.

Os países latino-americanos vão ser países miseráveis porque escolheram o modelo centralizador de poder.

O que é que nós estamos querendo, Srs. Deputados? Queremos conclamá-los a uma discussão por um novo pacto federativo que estabeleça toda força do poder nas comunidades municipais e regionais.

Nós precisamos ter mais Município, mais região, menos Estado e muito menos Governo Central. A Alemanha, por exemplo, que é do tamanho do Paraná, tem 16 Municípios e nenhuma cidade grande, mas ela tem os problemas de São Paulo, a ingovernabilidade da metrópole paulistana. Seja de Hamburgo, de Munique, de Berlim, a cidade é dividida em Municípios que se governam, autonomamente, bairro por bairro, e o Prefeito, seja de Hamburgo, de Berlim, é um Governador de Estado. Como é o de Paris, dividida em 21 *around* semanas. Essa é a realidade, minha gente, pela qual se governa o mundo desenvolvido. E nós não podemos continuar chancelando o centralismo de governo neste País.

E eu poderei dizer, em Santa Catarina, aos meus netos, quando encontrar cada um de vocês na rua: aquele ali foi Deputado no tempo em que eu governei. Ele me ajudou a descentralizar e cumpriu com o seu dever.

Muito obrigado!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Esta Presidência, Sr. Governador, quer deixar clara a posição de que os Deputados têm autonomia, se entenderem, para apresentar as emendas que acharem convenientes em todas as matérias.

Agradecemos imensamente aos Srs. Deputados pela sua participação. E agradecemos, de modo especial, ao Sr. Governador, ao vice-Governador e aos Secretários pela sua presença e pelos esclarecimentos aqui apresentados de forma respeitosa, democrática, sendo esclarecidas as dúvidas levantadas.

É claro que existem muitas dúvidas, e eu quero dizer a Vossa Excelência que tenho uma dúvida muito grande com relação ao que foi levantado aqui pelo Deputado Lício Silveira, ou seja, a interferência do Poder Executivo aos demais Poderes quando fixa a aposentadoria do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Poder Executivo às folhas do Ipsc.

Por via de consequência, nós entendemos que há interferência de um Poder no outro. Mas isto tudo nós vamos discutir com Vossa Excelência e com os seus assessores, com conveniente apresentação das emendas que entendemos necessárias.

Por isso agradeço a Vossa Excelência pela sua paciência, pela sua gentileza, pelo respeito que teve com os Srs. Deputados, de forma gentil, respeitosa, que respondeu as indagações de todos os Deputados.

Por isso, Sr. Governador, nós agradecemos. Este Poder se sente envaidecido porque foi a primeira vez na história, ao menos na história recente, acredito que foi a primeira vez na história do Parlamento, que os Deputados puderam sabatar o Sr. Governador por mais de quatro horas, levantando e esclarecendo todas as dúvidas aqui apresentadas.

Temos ainda muito o que fazer na discussão dessas matérias, porque, como foi dito por Vossa Excelência e pelos Srs. Deputados, vai mudar a vida dos funcionários e das pessoas de Santa Catarina a votação dessas matérias.

Muito obrigado a Vossa Excelência pela sua presença.

Gostaria de convocar os Srs. Deputados para estarem presentes amanhã, à hora regimental, na sessão ordinária da convocação extraordinária, devendo os Srs. Presidentes das Comissões, como ficou definido, convocarem as Comissões para as reuniões amanhã, no período da manhã.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Afrânio Boppré.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente, apenas na condição de Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, gostaria de convocar todos os Srs. Deputados-membros para participarem, amanhã, às 10h, no Plenário, da reunião desta Comissão, a fim de darmos o encaminhamento das matérias.

O Sr. Deputado Júlio Garcia - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Júlio Garcia.

O SR. DEPUTADO JÚLIO GARCIA - Sr. Presidente, na condição de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, quero informar que nós começamos a trabalhar um pouco mais cedo do que a Comissão de Finanças e Tributação. Então, a nossa Comissão fica convocada para uma reunião, às 9h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - O Sr. Deputado Rogério Mendonça também irá convocar para uma reunião amanhã a Comissão de V.Exa.

Portanto, ficam convocados os Srs. Deputados-membros da Comissão de Finanças e Tributação para uma reunião, às 10h, e os membros da Comissão de Constituição e Justiça para uma reunião, às 9h, a fim de discutirem as matérias que já se encontram na Casa e que foram devidamente estudadas.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 003ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 19 DE JANEIRO DE 2005 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afrânio Boppré - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Antônio Aguiar - Celestino Secco - Dionei Walter da Silva - Francisco Küster - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Lício Silveira - Manoel Mota - Mauro Mariani - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sérgio Godinho - Valmir Comin - Vânio dos Santos -

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos Srs. Deputados.

Passaremos à Ordem do Dia.

Srs. Deputados, conforme ficou deliberado, vamos votar as duas matérias que estão prontas e em seguida convocaremos os Srs. Líderes e Presidentes das Comissões para uma reunião de trabalho na Presidência, quando iremos elaborar o cronograma das sessões de votação das matérias.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0018/2005, de origem da Comissão de Constituição e Justiça, que concede abono especial aos servidores da Assembléia Legislativa.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 0001/2005, de origem da Comissão de Constituição e Justiça, que convalida as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 114, de 15 de dezembro de 2004 (Corpo de Bombeiros Militar).

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Srs. Deputados, temos alguns requerimentos para serem votados. São requerimentos que dispensam discussão. Havendo concordância de V.Exas., submeteremos à discussão.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Fiesc, solicitando a implantação de uma agência do Senac no Município de Curitiba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira, a ser enviado ao excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Santa Catarina, solicitando a cópia do contrato de compra do edifício-sede onde está localizada a Celesc, firmado entre a Celesc e a Fundação Celesc de Seguridade Social - Celos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira, a ser enviado ao Diretor-Presidente da Invesc, solicitando cópia do processo de inexigibilidade da licitação nº 7943/040 e a cópia dos contratos firmados com as empresas Fitch Ratings Brasil Ltda, Sr. Rating/Duff & Phelps Credit Rating Prestação de Serviços Ltda e Vieira Rezende, Barbosa e Guerreiro Advogados, decorrentes do processo de inexigibilidade da licitação nº 7943/040.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do

Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira, a ser enviado ao Governador do Estado de Santa Catarina, solicitando cópia integral do processo de licitação decorrente do Aviso de Licitação nº 437/2004, por meio do qual está sendo contratada a empresa Incosan Engenharia Ltda para a execução de pavimentação do estacionamento do edifício sede da Casan matriz.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira, a ser enviado ao excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Santa Catarina, solicitando cópia integral do processo de dispensa de licitação nº 018/04, cujo extrato do contrato foi publicado às fls. 84 do Diário Oficial do Estado, de 20 de dezembro de 2004, e cópia do contrato de prestação de serviços nº 022/2004, na modalidade de Dispensa de Licitação nº 018/2004.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira, a ser enviado ao excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, solicitando o encaminhamento de cópia integral do processo de licitação - convite nº 130/2004.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira, a ser enviado ao excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa

Catarina, solicitando o encaminhamento de cópia integral do Termo Aditivo nº 122/2004, firmado com a empresa Ponte Aérea Viagens e Turismo Ltda, e também a cópia integral do contrato firmado com a empresa Ponte Aérea Viagens Turismo Ltda, do qual decorreu o termo aditivo acima indicado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira, a ser enviado ao excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Santa Catarina, solicitando cópia do parecer da Procuradoria-Geral do Estado constante do processo Seap 7657/021, às fls. 131 a 134, e também informar se o pagamento autorizado pela Resolução nº 001/2004, publicada no DOE de 19 de março de 2004, às fls. 06, foi realizado, caso positivo informar em que dia e qual o valor.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira, a ser enviado ao excelentíssimo Senhor Diretor-Geral do Porto de São Francisco do Sul, solicitando cópia integral do processo nº 001/2005 e também a cópia do contrato firmado com a empresa Clémerson Merlin Clève Advogados Associados.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, extraordinária, para hoje, às 14h14min.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 004ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 19 DE JANEIRO DE 2005 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI

Às quatorze horas e quatorze minutos, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afrânio Bopré - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Antônio Aguiar - Celestino Secco - Dionei Walter da Silva - Francisco Küster - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Lício Silveira - Manoel Mota - Mauro Mariani - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de

Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sérgio Godinho - Valmir Comin - Vânio dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0018/2005.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 0001/2005.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. Presidente, sei que estamos em convocação extraordinária e que alguns assuntos são limitados. Mas acredito que esse assunto é muito urgente, pois diz respeito a nossa região, principalmente. E é uma preocupação que temos e pensamos que a Casa deva se empenhar para resolvê-la. Inclusive, queremos fazer esta colocação também ao Presidente da Comissão de Agricultura, que aqui está presente.

Nós estamos com um problema muito sério em toda a nossa região com a produção do feijão, com a pauta do feijão. Até há pouco tempo a pauta estava a R\$ 50,00 e agora passou para R\$ 111,00. E além da dificuldade de se colocar a produção, do baixo preço, que hoje a venda está em torno de R\$ 55,00, de R\$ 60,00, no máximo, ainda tem que descontar os 12% de ICMS.

Então, acredito que esta Casa, através da Comissão de Agricultura, poderia fazer um documento ao Governo do Estado, à Secretaria da Fazenda, para que reveja a pauta do feijão no Estado de Santa Catarina. É impossível estar-se vendendo o feijão a R\$ 55,00 e a pauta estar em R\$ 111,00, sendo que na venda têm que ser descontados praticamente R\$ 13,40 de ICMS.

Acredito que este é o momento de a Assembléia Legislativa se posicionar a respeito disso, para que possamos dar uma resposta a todos os agricultores catarinenses, que estão passando por esta dificuldade pelo alto crescimento que teve na pauta do feijão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Deputado Romildo Titon, o assunto levantado por V.Exa. tem bastante procedência. Inclusive, ontem à noite eu recebi uma delegação de produtores e já fiz contato com o Secretário-Adjunto Pedro Mendes, que assumiu o compromisso de que hoje ou amanhã definirá essa pauta.

E como na semana passada o mesmo fato aconteceu com os produtores de péra de Frei Rogério, Município que V.Exa. representa, cuja pauta era R\$ 0,40 e foi para R\$ 5,00, o Secretário Pedro Mendes, atendendo ao clamor da associação de Frei Rogério, voltou a baixar a pauta como era.

Acredito que o assunto levantado por V.Exa. é muito importante e que a Assembléia Legislativa tem por obrigação tomar providências. Ontem mantive contato com o Secretário Pedro Mendes, que assumiu o compromisso de hoje ou amanhã resolver o assunto.

Mas vamos fazer um apelo ao Presidente da Comissão de Agricultura desta Casa para que nos ajude - V.Exa. e este Deputado - para tentarmos reverter a posição.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, eu gostaria de me solidarizar com o Deputado Romildo Titon e também com V.Exa.. Mas quero mencionar que

não se trata só do feijão nem tampouco da péra. Existem muitos outros produtos. Recentemente saiu uma relação, uma pauta de valores mínimos, com vários produtos, e existem preços, realmente, superdimensionados.

Eu acho que compete, sim, à Assembléia Legislativa solicitar daquela Secretaria da Fazenda uma revisão para que o ICMS seja cobrado de forma justa, mas pelos valores que também sejam justos.

Então, eu me solidarizo com V.Exas., lembrando que o problema não é só com o feijão ou com a péra, mas de uma maneira geral na pauta de valores mínimos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Deputado Antônio Carlos Vieira, eu acho que o assunto é muito importante, porque o nosso produtor, além dos problemas com a seca, ainda enfrenta a taxaço com tributos que realmente vêm desmotivá-lo.

Eu cumprimento o Deputado Romildo Titon por ter levantado o assunto e também o Deputado Antônio Carlos Vieira, e faço um apelo ao Deputado Mauro Mariani para que faça contato com a Secretaria e reforce o pedido que nós já fizemos.

Srs. Deputados, gostaríamos de convocar os Srs. Líderes e os Presidentes de Comissões para uma reunião em seguida para resolvermos o problema do calendário para as próximas sessões. Se não houver matéria na pauta, nós não faremos sessão amanhã.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 251, de 20/01/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, RESOLVE: Com fulcro no art. 19, inciso X, da Resolução DP nº 42, de 29 de maio de 1992,

Autorizar o Tesoureiro da Assembléia Legislativa, em conta específica os recursos financeiros necessários para atender o adiantamento de diárias e combustível, com a devida prestação de contas conforme a legislação vigente.

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente
Deputado Genésio Goulart - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 252, de 20/01/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DESIGNAR JANIO MENDONÇA, matrícula nº 1258, para exercer, em substituição, a função de Chefia e Assistência Técnica, código PL/CAT, atribuindo-lhe o percentual de 40% (quarenta por cento) de gratificação, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, Nadia M. Neves, a partir de 03/01/05 (Departamento Administrativo).

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente
Deputado Genésio Goulart - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 253, de 20/01/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Designar o servidor **CARLOS HENRIQUE MONGUILHOTT**, matrícula nº 2016, para integrar a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Inservíveis, enquanto durar o impedimento da titular Daura N. Menezes de Aguiar, a partir de 03 de janeiro de 2005.

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente
Deputado Genésio Goulart - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 254, de 20/01/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: de acordo com o art. 3º, I, II e III, do Ato nº 1.138/04, observado o disposto no art. 3º, parágrafo único da Resolução nº 03/2003,

SUSTAR, a partir de 10 de janeiro, as férias fixadas para o ano de 2005, dos servidores abaixo relacionados e estabelecer que a fruição do período remanescente dar-se-á a contar de 01 de julho de 2005:

Nome do Servidor	Matr
Inês Cunha de Amorim da Mota	0726
Vera Lehmkhl	1547
Madalena Schmidt Pioner	2134
Rosana Fontes Noronha	1328
Lúcia de Fátima M. V. Maes	0605
Sara Loni L. Medeiros	2133
Maria Salete de Bem Urban	0599
Cristiany Gevaerd Zoschke	1859
Nadia Regina Pereira	1534

Cleusa Botelho Crippa	1812
Vicente Cravo Di Pietro	1274
Wilmar Soares	0708
Edson José de Souza	1457
Arlton R. Andrade Pereira	0865

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente
Deputado Genésio Goulart - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 255, de 20/01/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *de acordo com o art. 3º, I, II e III, do Ato nº 1.138/04, observado o disposto no art. 3º, parágrafo único da Resolução nº 03/2003,*

SUSTAR, a partir de 10 de janeiro, as férias fixadas para o ano de 2005, da servidora **MARILÚ LIMA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1531, e estabelecer que a fruição do período remanescente dar-se-á a contar de 01 de dezembro de 2005.

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente
Deputado Genésio Goulart - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 256, de 20/01/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *de acordo com o art. 3º, I, II e III, do Ato nº 1.138/04, observado o disposto no art. 3º, parágrafo único da Resolução nº 03/2003,*

SUSTAR, a partir de 11 de janeiro, as férias fixadas para o ano de 2005, do servidor **SILVIO NESTOR DE SOUZA**, matrícula nº 1411, e estabelecer que a fruição do período remanescente dar-se-á a contar de 01 de dezembro de 2005.

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente
Deputado Genésio Goulart - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 257, de 20/01/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *de acordo com o art. 3º, I, II e III, do Ato nº 1.138/04, observado o disposto no art. 3º, parágrafo único da Resolução nº 03/2003,*

SUSTAR, a partir de 18 de janeiro, as férias fixadas para o ano de 2005, dos servidores abaixo relacionados e estabelecer que a fruição do período remanescente dar-se-á a contar de 01 de dezembro de 2005:

Nome do Servidor	Matr
Mari Angela Pauli Custódio	1592
Maria do Carmo dos Santos Neta	0819
Maristela D. da Silveira Lima	1969
Roselei Maria Rachadel Sartori	0611

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente
Deputado Genésio Goulart - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 258, de 01/01/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *de acordo com o art. 3º, I, II e III, do Ato nº 1.138/04, observado o disposto no art. 3º, parágrafo único da Resolução nº 03/2003,*

SUSTAR, a partir de 20 de janeiro, as férias fixadas para o ano de 2005, do servidor **EDMILSON MATTOS**, matrícula nº 1505, e estabelecer que a fruição do período remanescente dar-se-á a contar de 01 de dezembro de 2005.

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente
Deputado Genésio Goulart - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 259, de 20/01/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Aos servidores designados para compor a Comissão de Planejamento e Acompanhamento de Obras da reforma do prédio da Assembléia Legislativa, instituída pelo Ato da Mesa nº 940, de 15 de maio de 2003, aplica-se o benefício previsto na Resolução nº 1.359/94 e alterações definidas na Resolução nº 1.043/01.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 03/01/05.

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente
Deputado Genésio Goulart - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

ATO DA MESA Nº 260, de 20/01/2005 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **JOSÉ BEL**, matrícula nº 2421, ocupante do cargo de Médico, código PL/ATS-12-A, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 23/11/2004.

ATO DA MESA Nº 261, de 20/01/2005 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **MARIA SELMA DA SILVA FONSECA**, matrícula nº 0313, ocupante do cargo de Agente de Portaria, código PL/ATA-6-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 60 (sessenta) dias, a partir de 05/01/2005.

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente
Deputado Genésio Goulart - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 262, de 20/01/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1652/04,

RESOLVE: com fulcro no art. 25, § II, da Constituição do Estado de Santa Catarina,

CONCEDER afastamento do cargo, ao servidor **IVENS ANTÔNIO SCHERER**, matrícula nº 1678, ocupante do cargo de Administrador, código PL/ATS-12-A, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de janeiro de 2005, para o exercício do mandato de Prefeito Municipal, com a opção de remuneração pelo Poder Legislativo Estadual.

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente
Deputado Genésio Goulart - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EXTRATO

EXTRATO Nº 154/2004

REFERENTE: 1º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 025/2004-00, celebrado em 12/07/2004.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: PRIMER PRODUÇÕES E LOCAÇÃO LTDA ME

OBJETO: alterar o qualitativamente objeto inicialmente contratado, acolhendo a substituição do transmissor de 1000 watts por um de 5000 watts, a partir da competência outubro/2004.

VALOR MENSAL: em consequência do presente aditamento, o valor mensal do Contrato, a partir da competência novembro/2004 para fazer frente às despesas do aumento do consumo de energia, passando de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) para R\$ 8.370,59 (oito mil, trezentos e setenta reais, cinquenta e nove centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, § 6º da Lei nº 8.666/93, previsto no item 2, da Cláusula Sexta do Contrato original e autorização administrativa.

Florianópolis, 07 de dezembro de 2004.

Deputado Volnei Morastoni - Contratante

Heloisa Bettin e Ilson Antonio Bettin - Contratada

*** X X X ***

MEDIDA PROVISÓRIA**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 115/05**

GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 746

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES
DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 51 da Constituição Estadual, comunico a esse egrégio Poder Legislativo que adotei a Medida Provisória inclusa, ora submetida ao exame e deliberação de Vossas Excelências, no período de convocação extraordinária, acompanhada de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, que "Transfere vagas do Quadro de Praças Combatentes para o Quadro Especial de Cabos e Terceiros-Sargentos da Polícia Militar e estabelece outras providências". Florianópolis, 17 de janeiro de 2005

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 19/01/05

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM nº 001.4/GABS/SSP

Florianópolis, 12 de janeiro de 2005

Senhor Governador,

Submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência a minuta de medida provisória que dispõe sobre a transferência de vagas do Quadro de Praças Combatentes para o Quadro Especial de Cabos e Terceiros-Sargentos da Polícia Militar.

A presente proposição visa a suprir e corrigir a situação criada em decorrência do veto procedido no autógrafo de Lei nº 0021, de 14 de dezembro de 2004, criando-se assim, a possibilidade de promoções das Praças (Cabos e Soldados) em final de carreira. Atende-se, assim, um anseio antigo de inúmeros policiais militares, bem como, de maneira mais adequada no tempo, materializar o compromisso assumido e desejado por Vossa Excelência.

Dessa forma, remeto a matéria à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Ronaldo José Benedet

Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão

ANEXO ÚNICO**DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS NAS DATAS DE PROMOÇÃO****Quadro Especial de Cabos e 3º Sargentos PM-SC**

GRADUAÇÃO	ANO DE 2005				ANO DE 2006	TOTAL
	31 de Jan	05 de Mai	25 de Ago	25 de Nov	31 de Jan	
3º Sargento	20	20	20	20	32	112
Cabo	200	150	150	150	150	800
Total	220	170	170	170	182	912

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 026/2005**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: *de acordo com o art. 2º, I, II e III, do Ato nº 1.138/04,*

TRANSFERIR do mês de fevereiro para julho, as férias fixadas para o ano de 2005, do servidor **ALTEMIR BEZ**, matrícula nº 2083.

Palácio Barriga Verde, em 20/01/2005

Edenilso José Acorsi

Diretor em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 027/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: *de acordo com o art. 2º, I, II e III, do Ato nº 1.138/04,*

TRANSFERIR do mês de fevereiro para julho, as férias fixadas para o ano de 2005, do servidor **ADIEL FERNANDES CIPRIANO**, matrícula nº 1449.

Palácio Barriga Verde, em 20/01/2005

Edenilso José Acorsi

Diretor em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 028/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde)

CONCEDER LICENÇA a **MARTIM AFONSO PALMA DE HARO**, matrícula nº 0783, ocupante do cargo de Advogado, código PL/ATS-12-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 10/01/2005.

Palácio Barriga Verde, em 20/01/2005

Edenilso José Acorsi

Diretor em exercício

*** X X X ***

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 115, de 17 de janeiro de 2005

Transfere vagas do Quadro de Praças Combatentes para o Quadro Especial de Cabos e Terceiros-Sargentos da Polícia Militar e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da sua atribuição que lhe confere o art. 51 da Constituição Estadual, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O Quadro Especial de Cabos e Terceiros-Sargentos da Polícia Militar, criado pela Lei nº 6.153, de 21 de setembro de 1982, com suas alterações posteriores, fica acrescido de cento e doze vagas de Terceiro-Sargento e oitocentas vagas de Cabo, transferidas do Quadro de Praças Combatentes, criado pela Lei Complementar nº 172, de 15 de dezembro de 1998.

Art. 2º As vagas do Quadro Especial de Cabos e Terceiro-Sargentos transferidas serão ativadas nas datas de promoção, de acordo com o Anexo Único desta Medida Provisória.

Art. 3º O art. 30 da Lei Complementar nº 82, de 18 de março de 1993, fica acrescido dos §§ 1º e 2º, com a seguinte redação:

"Art. 30.

§ 1º Será realizado, obrigatoriamente, novo Curso de Acesso ao Quadro de Oficiais Auxiliares, sempre que o número de vagas não preenchidas ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do número de vagas previstas para Segundo Tenente.

§ 2º O policial militar egresso do curso de que trata o § 1º, tendo sido promovido ao Quadro de Oficiais Auxiliares, deverá permanecer por três anos em efetivo exercício, obrigatoriamente, antes de requerer a transferência para a reserva remunerada." (AC)

Art. 4º As despesas da execução desta Medida Provisória correrão por conta do Orçamento Geral do Estado.

Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 17 de janeiro de 2005

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

PORTARIA Nº 029/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde)

CONCEDER LICENÇA a **DULCINEA REGIS**, matrícula nº 1377, ocupante do cargo de Assistente Social, código PL/ATS-12-A, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 03/01/2005.

Palácio Barriga Verde, em 20/01/2005

Edenilso José Acorsi

Diretor em exercício

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 019/05**

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

OFÍCIO Nº 1859/SCC-DIALGEMAT

Florianópolis, 20 de janeiro de 2005

Excelentíssimo Senhor

DEPUTADO ROMILDO LUIZ TITON

1º Secretário da Assembléia Legislativa

NESTA

Referência: Mensagem nº 790

Senhor 1º Secretário

Encaminho a essa Secretaria a mensagem do Senhor Governador do Estado, acima referenciada, através da qual submete à apreciação dessa Casa Legislativa, no período de convocação extraordinária, o projeto de lei que " Institui o fundo Estadual de Fomento á Cultura e estabelece outras providências".

Atenciosamente

VITOR HUGO DA SILVA MEDEIROS

Secretário de Estado da Casa Civil, em exercício

GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 790

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE,
SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossa Excelências, no período de convocação extraordinária, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que " Institui o fundo Estadual de Fomento à Cultura FUNCULTURAL e estabelece outras providências".

Florianópolis, 20 de janeiro de 2005

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA ORGANIZAÇÃO DO LAZER
GABINETE DO SECRETÁRIO

EM nº 001/05

Florianópolis, 03 de janeiro de 2005

Ao Excelentíssimo Senhor
LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado
Florianópolis - SC

Temos a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência a inclusa minuta de Projeto de Lei que institui o Fundo Estadual de Fomento à Cultura previsto no parágrafo 6º do artigo 216 da Constituição Federal.

O Fundo será capitalizado com recursos advindos de recursos orçamentários na base de cinco décimos por cento da receita tributária líquida do Estado, de contribuições voluntárias incentivadas e de recursos a serem transferidos pelo FUNDOSOCIAL.

Vossa Excelência bem sabe das dificuldades que tem o tesouro do Estado para fazer frente às exigibilidade financeiras na execução orçamentária. Muitas dessas dificuldades decorrem das vinculações legais que a receita orçamentária têm. O engessamento consequente tem compelido o gestor público a ser um mero repassador de dinheiros carimbados. Em que pese o mérito de parte dessas despesas vinculadas, fato é que programas de cunho social, cultural e desportivo, não têm sido contemplados de forma expressiva.

A segregação de receitas no Fundo Estadual de Fomento à Cultura, especialmente quando de origem extra-orçamentária, permitirá ao Governo intensificar os programas e ações do Estado em Cultura, Desporto e Turismo.

O parágrafo sexto do artigo 216 da Constituição Federal estabeleceu, para as ações governamentais na área da Cultura, uma faculdade aos Estados: vincular a programa de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedando a aplicação desses recursos no pagamento de: I - despesas com pessoal e encargos sociais; II - serviço da dívida; III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.

O Fundo proposto financiará projetos e programas no universo do lazer em geral, aí incluídos aqueles das áreas da cultura, do desporto e do turismo, possibilitando que, através de um único fundo, possa o Estado desenvolver as políticas públicas projetadas pelo Governo do Estado através do Programa de Desenvolvimento Integrado do Lazer, atualmente em fase de implantação pela Secretaria de Estado da Organização do Lazer.

Respeitosamente,

GILMAR KNAESEL

Secretário de Estado da Organização do Lazer

PROJETO DE LEI Nº PL/0019.1/2005

Institui o Fundo Estadual de Fomento à Cultura - FUNCULTURAL e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Estadual de Fomento à Cultura - FUNCULTURAL, na forma do § 6º do art. 216 da Constituição Federal, tendo por objetivo financiar projetos e programas culturais e os desenvolvidos ao abrigo do Sistema Estadual de Incentivo ao Turismo, ao Esporte e à Cultura - SEITEC.

Art. 2º O Fundo Estadual de Fomento à Cultura, de natureza financeira, é constituído com recursos provenientes das seguintes fontes:

I - 0,5% (cinco décimos por cento) da receita tributária líquida do Estado de Santa Catarina, na forma estabelecida no § 6º do art. 216 da Constituição Federal;

II - recursos oriundos do Fundo de Desenvolvimento Social - FUNDOSOCIAL, com exceção dos recursos provenientes da aplicação do parágrafo único do art. 204 da Constituição Federal;

III - receitas decorrentes da aplicação de seus recursos;

IV - contribuições, doações, financiamentos e recursos oriundos de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

V - recursos provenientes da tributação de atividades lotéricas, na forma da Lei nº 11.348, de 17 de janeiro de 2000; e

VI - outros recursos que lhe venham a ser destinados.

§ 1º É vedada a utilização de recursos do Fundo Estadual de Fomento à Cultura para pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida do Estado ou quaisquer outras despesas correntes não vinculadas diretamente aos projetos ou programas financiados pelo Fundo.

§ 2º Os recursos do Fundo serão depositados em conta corrente específica, em instituição financeira oficial, administrada pela Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte.

§ 3º Os recursos provenientes do inciso V deste artigo serão creditados diretamente à conta do Fundo pela instituição financeira responsável pela arrecadação do tributo.

Art. 3º O Fundo Estadual de Fomento à Cultura, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte, contará com um Conselho Gestor e Secretarias Executivas Setoriais.

Art. 4º O Conselho Gestor, presidido pelo Secretário de Estado da Cultura, Turismo e Esporte, será composto:

I - pelo Secretário de Estado da Cultura, do Turismo e Esporte;

II - pelo o Diretor de Cultura da Secretaria de Estado da Cultura, do Turismo e Esporte;

III - pelo o Diretor de Turismo da Secretaria de Estado da Cultura, do Turismo e Esporte;

IV - pelo o Diretor de Esportes da Secretaria de Estado da Cultura, do Turismo e Esporte; e

V - três representantes da sociedade civil organizada, membros dos respectivos Conselhos Setoriais.

§ 1º O Conselho Gestor tomará suas decisões por maioria simples, competindo-lhe aprovar os projetos da área de esporte e turismo a serem financiados pelo Fundo, em conformidade com as prioridades das políticas públicas governamentais, e na área cultural definir os valores finais a serem aplicados em cada projeto ou programa aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura.

Art. 5º As atribuições das Secretarias Executivas Setoriais serão exercidas por servidores públicos designados pelo Governador do Estado, competindo-lhes realizar todos os trabalhos administrativos pertinentes aos projetos e programas financiados pelo Fundo, inclusive o acompanhamento e fiscalização da execução dos projetos.

Art. 6º Todos os projetos e programas, quer Culturais, Esportivos ou Turísticos, devem ser submetidos à apreciação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional a qual pertencem, de acordo com o disposto no regulamento desta Lei.

Art. 7º O proponente de cada projeto a ser financiado pelo Fundo Estadual de Fomento à Cultura deverá prestar contrapartida em valor correspondente a vinte por cento do total do projeto.

§ 1º Para efeito de contrapartida, poderá o proponente optar pela alocação de recursos financeiros ou pela oferta de bens e serviços componentes do custo do projeto, ou por uma composição entre ambos.

§ 2º Sendo a contrapartida através de alocação de recursos financeiros, no todo ou em parte, o proponente deverá comprovar a circunstância de dispor de tais recursos ou estar habilitado à obtenção do respectivo financiamento por meio de fonte idônea devidamente identificada.

§ 3º Sendo a contrapartida através da oferta de bens e serviços componentes do custo do projeto, o proponente deverá apresentar relação discriminada, por item e por custo/preço, a qual será devidamente avaliada pelo órgão competente;

§ 4º Quando os projetos culturais se caracterizam pela forma de mecenato, 20% (vinte por cento) do total captado deverão ser destinados ao Fundo Estadual de Fomento à Cultura.

Art. 8º Os contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS que quiserem, por livre iniciativa, aplicar recursos financeiros em projetos culturais aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura, será permitido, nas condições e na forma estabelecida em Decreto, a título de compensação, lançar no Livro de Registro de Apuração do ICMS, crédito presumido no valor correspondente à aplicação conforme disposição constante no regulamento desta Lei.

§ 1º A aplicação será comprovada pela transferência de recursos financeiros por parte do contribuinte diretamente ao Fundo Estadual de Fomento à Cultura.

§ 2º O crédito presumido de que trata o *caput* deste artigo poderá corresponder a até 5% (cinco por cento) do valor do imposto incidente sobre as operações e prestações do contribuinte a cada mês.

Art. 9º As divulgações de caráter informativo dos projetos e programas desenvolvidos com financiamento do Fundo Estadual de Fomento à Cultura, poderão conter o nome dos colaboradores, sendo

permitida a divulgação da imagem empresarial associada ao incentivo às atividades culturais, esportivas e de turismo.

Art. 10. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover as alterações e adequações orçamentárias necessárias à implementação desta Lei, remanejando as dotações atribuídas aos Fundos extintos para o Fundo ora instituído.

Art. 11. A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de trinta dias a contar da data da sua publicação, inclusive quanto às normas procedimentais e operacionais.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Ficam revogados o parágrafo único do art. 11 da Lei nº 9.808, de 26 de dezembro de 1994, a Lei nº 10.929, de 23 de setembro de 1998, a Lei nº 11.067, de 28 de dezembro de 1998, e a Lei nº 12.387, de 16 de agosto de 2002.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 020/05

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

OFÍCIO Nº 1860/SCC-DIALGEMAT

Florianópolis, 20 de janeiro de 2005

Excelentíssimo Senhor

DEPUTADO ROMILDO LUIZ TITON

1º Secretário da Assembléia Legislativa

NESTA

Referência: Mensagem nº 791

Senhor 1º Secretário

Encaminho a essa Secretaria a mensagem do Senhor Governador do Estado, acima referenciada, através da qual submete à apreciação dessa Casa Legislativa, no período de convocação extraordinária, o projeto de lei que "Autoriza a aquisição de imóvel no Município de São Miguel do Oeste".

Atenciosamente

VITOR HUGO DA SILVA MEDEIROS

Secretário de Estado da Casa Civil, em exercício

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 791

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE,
SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossa Excelências, no período de convocação extraordinária, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza aquisição de imóvel no Município de São Miguel do Oeste".

Florianópolis, 20 de janeiro de 2005

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

EM nº 20/05

Florianópolis, 18 de janeiro de 2005

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a adquirir, por compra, no Município de São Miguel do Oeste, um terreno com a área de vinte e seis mil, quatrocentos e trinta e oito metros e cinquenta e cinco centímetros quadrados, avaliado em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), a ser desmembrado de uma área maior matriculada sob o nº 27.850, no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste.

A presente aquisição tem por finalidade a construção do Hospital Regional de São Miguel do Oeste.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Marcos Vieira

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº PL/0020.5/2005

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de São Miguel do Oeste.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por compra, no Município de São Miguel do Oeste, um terreno com a área de vinte e seis mil, quatrocentos e trinta e oito metros e cinquenta e cinco centímetros quadrados, avaliado em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), a ser desmembrado de uma área maior matriculada sob o nº 27.850 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º O imóvel adquirido por intermédio desta Lei tem por finalidade viabilizar a construção do Hospital Regional de São Miguel do Oeste.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/05

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

OFÍCIO Nº 1861/SCC-DIALGEMAT

Florianópolis, 20 de janeiro de 2005

Excelentíssimo Senhor

DEPUTADO ROMILDO LUIZ TITON

1º Secretário da Assembléia Legislativa

NESTA

Referência: Mensagem nº 792

Senhor 1º Secretário

Encaminho a essa Secretaria a mensagem do Senhor Governador do Estado, acima referenciada, através da qual submete à apreciação dessa Casa Legislativa, no período de convocação extraordinária, o projeto de lei complementar que "Transforma cargos no quadro único de Pessoal da Administração Direta do Poder Executivo".

Atenciosamente

VITOR HUGO DA SILVA MEDEIROS

Secretário de Estado da Casa Civil, em exercício

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 792

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE,
SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossa Excelências, no período de convocação extraordinária, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei complementar que "Transforma cargos no quadro único de Pessoal da Administração Direta do Poder Executivo".

Florianópolis, 20 de janeiro de 2005

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM nº 19/05

Florianópolis, 07 de janeiro de 2005

Senhor Governador,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, aproveito para apresentar a Vossa Excelência projeto de Lei Complementar que objetiva transformar 26 (vinte e seis) cargos vagos de provimento efetivo de Analista Técnico Administrativo II, Grupo Ocupacional: Ocupações de Nível Superior - ONS, nível 13 - A, em: 05 (cinco) cargos de provimento efetivo de contador, nível ONS-13-A;

03 (três) cargos de provimento efetivo de Economista, nível ONS-13-A;

10 (dez) cargos de provimento efetivo de Auditor de Previdência, NÍVEL ONS 13-a; E

08 (oito) cargos de provimento efetivo de advogado, Classe I, de que trata a Lei Complementar nº 94, de 11 de agosto de 1993.

O quantitativo de cargos transformados destinam-se a estrutura organizacional do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina que, frente às novas atribuições que lhe foram conferidas com a publicidade da Emenda Constitucional nº 41/04, necessita reforçar seu quadro de pessoal com profissionais habilitados a resolver às demandas técnico administrativas provenientes das transformações inseridas pela reforma constitucional.

Ressalte-se, que a transformação requerida não acarretará novas despesas com pessoal, já que os cargos transformados encontra-se vagos e, desta forma, a repercussão financeira somente será objeto de estudos no momento oportuno, frente a pedido de abertura de concurso público.

Em razão do assunto atender ao interesse público, recomendo o encaminhamento do referido projeto à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Atenciosamente,

MARCOS VIEIRA

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0003.0/2005

Transforma cargos no Quadro Único de Pessoal da Administração Direta do Poder Executivo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam transformados dentro do Quadro Único de Pessoal Civil da Administração Direta do Poder Executivo, previstos na Lei Complementar nº 081, de 10 de março de 1993, vinte e seis cargos vagos de provimento efetivo de Analista Técnico Administrativo II, do Grupo Ocupacional: Ocupações de Nível Superior - ONS -, nível 13-A, em cinco cargos de provimento efetivo de Contador; três cargos de provimento efetivo de Economista e dez cargos de provimento efetivo de Auditor de Previdência, todos do mesmo Grupo e nível; e oito cargos de provimento efetivo de Advogado, Classe I, de que trata a Lei Complementar nº 94, de 11 de agosto de 1993, e inseridos no quantitativo de cargos do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A especificação das atribuições e a qualificação profissional do cargo de Auditor de Previdência, de que trata o caput deste artigo, estão contidas no Anexo Único, parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

ANEXO ÚNICO**DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO**

**DENOMINAÇÃO DO CARGO: AUDITOR DE PREVIDÊNCIA
GRUPO OCUPACIONAL: OCUPAÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR
CÓDIGO: ONS**

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Fiscaliza o cumprimento da legislação previdenciária; controla a arrecadação, promovendo a cobrança dos débitos lançados; supervisiona as ações de auditoria; elabora documentos e executa outras atividades compatíveis com o cargo.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

1. Fiscalizar o cumprimento da legislação previdenciária, efetuando verificação do número de associados e beneficiários;
2. apurar valores devidos;
3. analisar dados do sistema informatizado dos contribuintes;
4. controlar a arrecadação previdenciária, apurando fraudes, auditando a rede arrecadadora, organizando sistemas de informações cadastrais, controlando a arrecadação bancária, verificando a autenticidade do documento de arrecadação e decidindo sobre a restituição de contribuição previdenciária;
5. promover a cobrança dos débitos lançados, controlando seu parcelamento e efetuando a pré-inscrição do crédito em dívida ativa;
6. planejar a arrecadação do Instituto, fixando e monitorando as metas e avaliando resultados;
7. visitar contribuintes, orientando-os quanto ao recolhimento das contribuições devidas e confirmando regularidade de contribuição;
8. conferir relação de salários de contribuição;
9. apurar denúncias;
10. realizar auditoria prévia;
11. elaborar documentos;
12. lavrar notificação de lançamento de débito;
13. elaborar relatório de auditoria; e
14. executar outras atividades compatíveis com o cargo.

ESPECIFICAÇÕES:

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Conclusão de Curso Superior, com duração mínima de 4 (quatro) anos e registro no respectivo Conselho Regional.

JORNADA DE TRABALHO: 40 horas semanais.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 004/05**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL****OFÍCIO Nº 1862/SCC-DIALGEMAT**

Florianópolis, 20 de janeiro de 2005

Excelentíssimo Senhor

DEPUTADO ROMILDO LUIZ TITON

1º Secretário da Assembléia Legislativa

NESTA

Referência: Mensagem nº 793

Senhor 1º Secretário

Encaminho a essa Secretaria a mensagem do Senhor Governador do Estado, acima referenciada, através da qual submete à apreciação dessa Casa Legislativa, no período de convocação extraordinária, o projeto de lei Complementar que "Transforma cargos no âmbito do Poder Executivo Estadual e adota outras providências".

Atenciosamente

VITOR HUGO DA SILVA MEDEIROS

Secretário de Estado da Casa Civil, em exercício

GABINETE DO GOVERNADOR**MENSAGEM Nº 791**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossa Excelências, no período de convocação extraordinária, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei Complementar que "Transforma cargos no âmbito do Poder Executivo Estadual e adota outras providências".

Florianópolis, 20 de janeiro de 2005

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

EM nº 018/05

Florianópolis, 18 de janeiro de 2005

Ao cumprimentá-lo cordialmente, aproveito para apresentar a Vossa Excelência projeto de Lei Complementar que objetiva transformar cento e quarenta e um cargos de provimento efetivo de agente de serviços Gerais, do Grupo Ocupações de Nível auxiliar - ONA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, previsto na Lei Complementar nº 81/93 em cargos de Agente em atividades Administrativas, Artífice I e II, Motorista, Técnico em Atividades Administrativas, Operador Portuário II, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Informática, Analista em Informática, Jornalista, Engenheiro, Advogado, Assistente Social e Psicólogo e transferi-los para a Administração do Porto de São Francisco do Sul.

A medida visa oportunizar a realização de concurso público de ingresso e extinguir o vínculo empregatício naquela entidade, mediante o instituto da admissão em caráter temporário.

Ressalte-se, por oportuno, que a transformação requerida não acarretará novas despesas com pessoal, já que cada nomeado por concurso, haverá a dispensa do ACT correspondente.

Em razão do assunto atender ao interesse público, recomendando o encaminhamento do referido projeto à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para apreciação, durante a convocação extraordinária.

Respeitosamente,

Marcos Vieira

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0004.0/2005

Transforma cargos no âmbito do Poder Executivo Estadual e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam transformados cento e quarenta e um cargos de Agente de Serviços Gerais, do Grupo Ocupações de Nível Auxiliar - ONA -, do Quadro Único de Pessoal da Administração Direta, previstos na Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, com lotação na Secretaria de Estado da Educação e Inovação e transferidos para o Quadro de Pessoal das Autarquias e Fundações, com lotação na Administração do Porto de São Francisco do Sul, com as seguintes especificações:

- I - trinta e dois cargos de Agente em Atividades Administrativas, Nível ONO I;
- II - dez cargos de Artífice I, Nível ONO I;
- III - sete cargos de Artífice II, Nível ONO II;
- IV - oito cargos de Motorista, Nível ONO II;
- V - quinze cargos de Técnico em Atividades Administrativas, Nível ONO II;
- VI - sessenta cargos de Operador Portuário II, Nível ONO II;
- VII - um cargo de Técnico em Segurança do Trabalho, Nível ONO II;
- VIII - dois cargos de Técnico em Informática, Nível ONO II;
- IX - um cargo de Analista em Informática, Nível ONS;
- X - um cargo de Jornalista, Nível ONS;
- XI - um cargo de Engenheiro, Nível ONS;
- XII - um cargo de Advogado, Classe I;
- XIII - um cargo de Assistente Social, nível ONS; e
- XIV - um cargo de Psicólogo, Nível ONS.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***